



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 11

Sessão Ordinária de Junho

1.ª Reunião de 30-06-1998

Aos trinta dias do mês de Junho de mil novecentos e noventa e oito, nesta cidade de Aveiro, na sede da Assembleia Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida por Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário João Pedro Simões Dias e Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, José Augusto Fernandes Júnior, João Pires da Rosa, Álvaro Patrício do Bem, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Jorge Carvalho Arroiteia, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Lucas Amaro Rodrigues, Fernando Vieira Ferreira, Armando Manuel Dinis Vieira, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Jorge Manuel do Nascimento, António Sousa Dinis Correia, Luís Miguel Capão Filipe, Manuel Simões Madaíl, Diniz Marques, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais Libério da Silva Santos, Henrique Manuel Morais Diz, Victor Manuel da Silva Martins, Estevão de Sousa Rosas, Joaquim dos Santos Abreu e Élio Manuel Delgado da Maia.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais: Libério da Silva Santos, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Armando Manuel Dinis Vieira, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Jorge Manuel do Nascimento, Estevão de Sousa Rosas, Luís Miguel Capão Filipe, Manuel Branco Pontes e Élio Manuel Delgado da Maia, os quais foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Continuando deu nota de toda a correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal.

Deu conhecimento do pedido de renúncia de mandato apresentado pelo membro da Assembleia, Estevão de Sousa Rosas, nos termos do artigo 71.º do decreto de lei 100/84 de 29 de Março.

Continuando no uso da palavra leu a ordem de trabalhos da Sessão Ordinária do mês de Junho, cujos pontos se transcrevem:

Ponto n.º 1 - Comunicação do Presidente da Câmara Municipal;

Ponto n.º 2 - O agraciamento de Aveiro com a 'Ordem da Liberdade';

Ponto n.º 3 - A Preconizada 'Academia de Ciências de Aveiro';

Ponto n.º 4 - Apreciação e Aprovação dos seguintes regulamentos:

a) Feira de Março;

- b) Feira das Velharias;
- c) Feira do Ambiente;
- d) Salão Automóvel;
- e) Agrovouga;
- f) Farav;

Ponto n.º 5 - Permuta de terrenos - Sociedade Imobiliária e Turística do Côjo;

Ponto n.º 6 - Alienação de bens - Urbanização Sá-Barrocas - negociações com a ex-Cerâmica Aveirense;

Ponto n.º 7 - Concessão de estacionamento subterrâneo na Praça Marquês de Pombal e nos terrenos anexos à ex-Fábrica Jerónimo Pereira Campos;

Ponto n.º 8 - Quadro de Pessoal - Alteração;

Ponto n.º 9 - Parque Municipal de Campismo:

- a) Exploração do Mini-Mercado;
- b) Exploração do Restaurante.

De seguida foi submetido ao plenário para aprovação, as seguintes actas:

Acta n.º 5 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Acta n.º 6 - Colocada à discussão verificou-se a seguinte intervenção.

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

“Queria apenas fazer nota do seguinte: na acta n.º 6, página oito, há uma intervenção minha que tem alguns erros de pontuação que mudam o sentido (não mais que isto), o último dos quais é o ponto de interrogação final. Não sei se é possível, não havendo alteração de substância, que depois corrigisse. São apenas questões de pontuação digamos assim, mas não menosprezáveis.”

Presidente da Mesa:

“Bem... isto acontece. Porque os oradores para terem a certeza de que a pontuação vem bem, durante o seu discurso devem dizer ... tal, tal, tal, virgula e ponho esta dúvida... ponto de interrogação. É assim nas Assembleias modernas que se faz, porque os copistas nem sempre têm a mesma formação académica e há estilos de pontuação como se sabe e até há quem não use pontuação nenhuma.”

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

“Com todo o respeito por quem em Portugal vai longe sem usar pontuação nenhuma, mas muda às vezes o sentido daquilo que foi dito e a Assembleia anterior permitia que se fizesse essa correcção gráfica.”

Presidente da Mesa:

“Acho bem, porque há alguma diferença entre um ponto de admiração e um de interrogação.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia a acta n.º 6, sendo a mesma aprovada por unanimidade.

Acta n.º 7 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Acta n.º 8 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por trinta e um votos a favor e uma abstenção.

De seguida entrou-se no período regimental de antes da ordem do dia.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Vogal Gaspar Albino:

“Sr. Presidente da Mesa, Caros companheiros, li a semana passada o seguinte: o Ministério do Equipamento do Planeamento e da Administração do Território, através da Junta Autónoma de Estradas, enviou para publicação no Diário da República o anúncio do concurso público internacional para a construção do IC1 entre Maceda/Ovar/Vagos. Pedi para intervir nesta Assembleia para me congratular com esta notícia. Finalmente é posto a concurso este projecto que tanto tem a ver com o nosso futuro e tanto tem a ver com os nossos males presentes.

Terminei em males, porque se porventura isto me dá alguma alegria (este concurso) por outro me acicata a pensar na desgraça que é para nós o IP5 e o ir-se arreigando cada vez mais em mim, e pelo que leio na imprensa em muita gente, a desgraça que essa via de entrada em Portugal representa para todos nós. E o sentir que o IP5, com as soluções que se desenham, cujos contornos desconheço, não me parece que venha a ser uma solução de futuro. Para isso mesmo me atrevo a pedir que de aqui saía um protesto para que se clarifique o IP5, assim como saía o tal voto de congratulação.”

Presidente da Mesa:

“Penso que toda a Assembleia se associa, sem necessidade de formalizarmos essa posição, não só à congratulação pelo IC1, vamos a ver é a cadência de construção e de ultimateção. E quanto ao IP5, é uma estrada assassina, como se tem dito, embora continue a ser uma estrada de grande utilidade para Aveiro e para Viseu. Portanto, penso que fica geralmente pressuposto e apoiado esta queixa, a congratulação do IC1, nascitura, e a lágrima quanto aos dramas do IP5.”

Vogal Jorge Nascimento:

“Sr. Presidente eu tenho alguns pontos de intervenção que vou repartindo por este período de antes da ordem do dia e depois na comunicação do Sr. Presidente. Em data recente, creio que há-de haver um mês ou dois, fomos surpreendidos com o facto que para mim não deixa de ser perturbador. A minha intervenção quero desde já dizer que não contém qualquer acusação e é antes uma intervenção para obter informações, porque creio que nesse ponto a Câmara foi escassa. Relaciona-se isto com a contratação de pessoal. Um jornal diário deu a notícia recente, a propósito da contratação de um economista, concretamente o Sr. Dr. Gonçalo, candidato à Câmara pelo Partido socialista e também a esta Assembleia. Portanto, abriu-se aí a contratação de um técnico economista, mais tarde, segundo os factos veiculados pelos jornais, terá sido contactada uma senhora com igual habilitação académica para se quisesse indicar as condições que propunha para concorrer. A Sr.^a concorreu, disse que queria um determinado vencimento, supôs naturalmente que satisfazia o perfil que a Câmara exigia e mais tarde a Câmara comunicou-lhe que afinal tinha sido preterida por um outro candidato, com um vencimento que quase que duplicava aquele que ela tinha proposto. Adicionalmente, constou-se, que a pessoa escolhida andava pela Câmara contactando os serviços, porventura até colaborando, indiciando uma dinâmica de que

o cargo seria dele. E, tem importância dizer-se que, esta permanência do visado na Câmara é anterior a qualquer contacto com esta candidata convidada.

Pretendo que a Câmara através do seu Presidente, aqui presente, esclareça estes pontos especialmente quanto à cronologia dos acontecimentos que eu aqui referi. Porque a ser verdade que alguém foi convidado a concorrer quando já outro candidato se perfilava para ocupar o lugar, a meu ver, este segundo candidato surge como alguém que é chamado simplesmente como instrumento de legitimação de uma escolha para preencher os requisitos legais, porque não seria possível contratar alguém sem terem outrem que com ele concorresse.

Se a situação é esta acho que é preocupante, oxalá não seja. Espero os esclarecimentos Sr. Presidente.

Recentemente o Executivo iniciou um método de trabalho, que eu não tenho de aplaudir nem de censurar (estou a falar das Presidências abertas), devo dizer que em certa medida acho bem, porque isso permite ao Executivo entrar em contacto com os municípios, para aí fazer o rastreio das necessidades da freguesia onde a presidência se desenvolva, mas a minha intervenção não vem necessariamente para fazer uma lisonja ao Executivo por ter optado por essa medida. Já senti preocupações dos Srs. Presidentes de Junta, pelo menos aqueles com quem contactei revelam alguma preocupação, porque tem o receio de andarem meses e meses a correrem para a Câmara, aqui apresentarem os seus problemas sendo eles os porta vozes dos anseios das populações e têm algum receio que o seu prestígio possa de alguma forma ser prejudicado, se porventura a Câmara antecipando-se fizer concessões sem “respeito” desta hierarquia funcional e da posição dos presidentes da junta.”

Entretanto deu entrada na sala o vogal Rogério Mário Madaíl da Silva.

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Boa tarde Sr. Presidente, apenas para pedir um esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara, no que diz respeito à execução das recomendações que foram feitas na anterior Assembleia relativamente à Freguesia de N.ª S.ª Fátima. Nós visitámos essa freguesia, reconhecemos problemas importantes para resolver e trouxemo-los aqui e de facto, esse nosso trabalho digamos que não foi folclore, não deixaremos de jamais deixar de perguntar o que se passa em relação à nossa recomendação. Fomos lá exactamente nestas condições e queremos de facto, saber o que se fez de acordo com as nossas recomendações. Foi nosso lema dizer que iríamos dar a voz aos Aveirenses, visitámos a freguesia de N.ª S.ª Fátima, fomos os primeiros no terreno a ir junto das freguesias para saber o que se passa concretamente, foi uma acção pedagógica do PSD, pelos vistos esta acção já trouxe benefícios nomeadamente à freguesia de Cacia e estamos muito contentes com isso.

Gostaria também de indagar alguma coisa sobre o PROCOM. Não há dúvida nenhuma que o PROCOM será uma oportunidade dos nossos pequenos comerciantes aveirenses poderem ter alguma igualdade de oportunidades de competição com os grandes grupos económicos donos de grandes superfícies e, portanto, este desenvolvimento do PROCOM a nós grupo do PSD, preocupa-nos muitíssimo, na medida em que queremos capacidade de competitividade, igualdade de oportunidades, sem prejudicar os utentes e aqui está algo que seria importante, que é de facto utilizar verbas da comunidade europeia e, portanto, gostaríamos de acompanhar este assunto e saber o que se passa sobre isso.

Finalmente, declaro mais uma vez o grande interesse que tínhamos em ver resolvido a problemática do regulamento da Assembleia Municipal, que em certos pontos pareceu desajustada, sei que está em estudo, gostaríamos de facto de discutir esse tema.”

Presidente da Mesa:

“Quanto ao regimento penso que estão mais ou menos ultimados os trabalhos mas ainda não totalmente, não sei exactamente. Penso que na próxima Sessão talvez já possa ser agendado.”

Vogal Armando Vieira:

“Boa tarde Sr. Presidente. Permitam-me que faça aqui uma referência a uma recomendação ouvida da boca de Sua Ex.^a o Presidente da República, numa visita que fez esta tarde ao Minho. Dizia: que apelava aos autarcas para que se preocupem com a vida e o quotidiano das populações. Eu (se me permitem) digo: disse e muito bem.

Mas o Sr. Presidente da República não sabe que essa é a prática corrente dos autarcas nomeadamente, dos autarcas de Junta de Freguesia. Eu lamento que o Sr. Presidente da República desconheça isso. Preocupou-se Sua Ex.^a o Presidente da República em recomendar ao Governo nomeadamente, para a acção social, que o governo reforce as receitas das autarquias. Pela parte que me diz respeito, se há faceta da vida autárquica que me agrada profundamente realizar é a da acção social. Fico e suponho que ficamos todos aguardando paços concretos do Sr. Presidente da República e do Governo, para que possamos levar à prática tão importante acção no desenvolvimento e no apoio, para a felicidade diária das famílias mais carenciadas. Lanço pois daqui, como modesto autarca que sou, este repto ao Sr. Presidente da República.

Quero cumprimentar depois o Sr. Presidente da Câmara, pela posição corajosa, que julgo ter entendido bem, a favor da auto-estrada A14. Louvo essa acção e conte conosco na defesa desse objectivo que é tão importante para todos nós. Estaremos com certeza todos unidos à volta desse objectivo. Mas digo-lhe, se quer referir ao IC1, todos estamos contentes porque tenha sido lançado, mas meus senhores eu que já sou Presidente de Junta à uma série de anos, já vi adiar esta obra vezes demais, finalmente! Até que enfim, esperamos é pelo fim imediato dessa obra, que é como todos nós sabemos tão importante para todos nós. E Sr. Presidente da Câmara, a A14 como se deve ter sabido, entre outras coisas motivou uma reunião da concelhia do PSD de Aveiro, de Viseu e da Guarda, em que todas as pessoas estão perfeitamente unidas nesse objectivo, nessa reunião estavam alguns técnicos e chegou-se à conclusão que é inviável fazer do IP5 aquilo que o governo pretende fazer. O IP5 é uma estrada que vai continuar a ser útil, mas tem que ser construída uma auto-estrada à margem do IP5, com um perfil absolutamente diverso. Não é possível, dadas as condições de tráfego do actual IP5, os declives do actual IP5, não possível alterar o IP5, tem que se construir uma auto-estrada. Sr. Presidente da Câmara, como Aveirenses que somos temos que estar todos unidos e de pé atrás, porque o Sr. Ministro João Cravinho declarou em Viseu, que vai levar a concurso a construção de um troço de auto-estrada entre Viseu e Coimbra, algures próximo de Anadia, que tenho a certeza nos vai prejudicar, mais uma vez estamos a ser prejudicados. Peço-lhe pois que tenha essa questão em apreço e que estejamos todos atentos na defesa daquilo que verdadeiramente nos interessa a todos nós.

Depois permitam-me que fale aqui do IP5, ainda há pouco o Sr. Gaspar Albino, dizia de forma cautelosa que aquilo não servia, eu como não tenho essas cautelas digo: não serve mesmo. Está provado e já ouvi dizer muita gente que não serve, até a elementos do Partido Socialista responsáveis.

Hoje venho aqui colocar outra questão, que não tendo esta Assembleia intervenção directa, que é o sector de pescas. Esta a passar-se uma situação muito grave na pesca de arrasto no nosso país meus senhores. Este sector, que como todos nós sabemos é extremamente importante para a nossa região, traz alarmados e desesperados os empresários de pescas, que estão completamente desorientados. Nunca os vi assim. A situação é de tal maneira grave, que eles dizem que o sector vai mesmo ter que encerrar as portas. Como sabem, apesar de se prever as estabilização das capturas de pescado ao nível mundial, têm-se verificado um efectivo crescimento, no entanto Portugal que já foi a 37.^a potência mundial no sector, hoje ocupa o último lugar no ranking do sector das pescas com uma produção de 265 mil toneladas, sendo Portugal um dos países com maior consumo per capita de pescado por ano, actualmente cerca de 2/3 do peixe consumido em Portugal é importado. Como o sector das pescas teve uma forte representação em Aveiro (ainda têm), vimos recomendar ao Sr. Presidente da Câmara, os seus bons ofícios junto do Governo Central para que sejam tomadas medidas e daqui Sr. Presidente da Câmara, Sr. Presidente da Assembleia, é bom que tomemos a defesa deste sector de vital importância para a vida económica do concelho de Aveiro e dos concelhos circunvizinhos, para que sejam tomadas medidas de forma a evitar a destruição deste sector nomeadamente, pressionando Bruxelas para que transfira para Portugal as quotas de pesca que não são aproveitadas pelos outros países da Comunidade e reforçar as verbas para o investimento na pesca industrial. Neste momento está na mesa uma proposta que os industriais do sector consideram gravíssima. O Sr. Secretário de Estado prepara-se para levar por diante uma lei que fez passar na Assembleia da República com os votos do Partido Socialista e a abstenção do Partido Comunista, de obrigar as embarcações a serem licenciadas anualmente. Está a acontecer que espécies pescadas normalmente na zona de Peniche, não podem ser pescadas pelos nossos barcos e são pescadas por países estrangeiros e vendidas depois no porto de Peniche. É escandaloso o que se está a passar. Será bom pois que todos nós também nos preocupemos com este importante sector da nossa região e da nossa vida económica.”

Presidente da Mesa:

“Quero dizer que quase tudo aquilo que disse merece o meu apoio e minha preocupação. O problema é um pouco diferente, é saber em que medida, os órgãos autárquicos podem intervir nisso, nos temas que abordou. Mas essa preocupação, talvez numa sessão sobre regionalização possa ser abertamente discutido, saber se nisso a regionalização seria boa ou poderia ser pior.”

Entretanto deram entrada na sala os vogais Diogo Manuel Santos Soares Machado e Ana Carla Guerra de Miranda Macedo.

Vogal Manuel António Coimbra:

“Permitam-me que tome algum tempo desta Assembleia para falar de um tema que me é muito querido e que nunca falei até agora nesta Assembleia, que é o badminton. E falo hoje do badminton, porque este ano vivemos ao nível do badminton uma época como não tínhamos vivido nunca. E isto é, sinal de que alguma coisa começa a melhorar, que as infra-estruturas que se criaram durante algum tempo começam a dar frutos. Porque o Badminton Clube de Aveiro, criado há três anos aqui na cidade de Aveiro para a prática de badminton foi campeão das equipas homens da segunda divisão. Quer isto dizer que para o próximo ano vamos estar a disputar pela primeira vez a primeira divisão nacional. Na primeira divisão nacional de badminton só

participam seis equipas, de maneira que Aveiro está entre as seis equipas. Gostaria também de informar que o badminton não foi apenas campeão em seniores como também em juniores e que a Casa do Povo de Esgueira foi vice-campeã em juvenis. E falo aqui do badminton porque é uma modalidade de pavilhão e uma modalidade de pavilhão não é fácil de ser praticada, o que quer dizer que quando é praticada e praticada ao nível de equipas quer dizer que começamos a ter infra-estruturas que permitem esta prática regular. Isso é bom que se mantenha e a política que se tem mantido em Aveiro de pavilhões poderem ser utilizados por parte das escolas durante o dia e poderem ser utilizados em horários extra-escolares pelas colectividades é uma aposta que se tem que continuar. Esta aposta tem que continuar, limitando o espaço da escola ao horário das escolas e dando espaço às colectividades para poderem fazer a sua prática desportiva. Parece-me importante seguir esta prática e que nos pavilhões que vão ser construídos se mantenha esta prática. Um pavilhão de um clube é um pavilhão que está desaproveitado durante todo o dia e que só é ocupado na parte nocturna. Um pavilhão de uma escola é uma autêntica oficina de atletas e pode ser utilizado durante todo o dia e pode ser rentabilizado por toda a gente. Gostaria que houvesse esta preocupação para que isto que está a acontecer hoje no badminton possa continuar a acontecer, mas também se possa estender a muitas outras modalidades. Era esta a minha mensagem Sr. Presidente.”

Vogal Armando Vieira:

“Sr. Presidente, a propósito de desporto tenho a satisfação de comunicar aqui que foi seleccionado para representar Portugal, um jovem cadete com 15 anos, da Casa do Povo de Oliveirinha da secção de ténis de mesa, nos jogos mundiais de Moscovo, o que com certeza é um motivo de satisfação para todos nós.”

Vogal Filipe Brandão:

“Sr. Presidente, Srs. Vogais, serei particularmente breve. Antes do mais uma palavra de apreço e saudação para o Sr. Estevão Rosas, que por razões que eventualmente só a ele dizem respeito, entendeu renunciar ao seu mandato de vogal desta Assembleia, que é uma pessoa que pela finesa de trato de há muito me habituei a considerar e que portanto gostaria de ficar registada esta minha saudação.

Em segundo lugar e principalmente seria essa a minha justificação da minha intervenção, já foi aqui trazida à coacção pelo Sr. Gaspar Albino, que é a congratulação do município de Aveiro, por finalmente este Governo ter resolvido uma das mais ansiadas aspirações das gentes de Aveiro, qual seja a construção de um tão importante vector de desenvolvimento, que será o ICI.

O ICI era uma promessa de há muitos anos, foi sucessivamente adiado a abertura do seu concurso neste troço e pode-se hoje mesmo dizer, que com a abertura deste concurso assistimos uma vez mais à demonstração de que o processo de desvalorização periférica a que Aveiro foi sujeito ao longo de mais de 10 anos, assiste hoje a mais um episódio de inflexão. Se espontaneamente o Sr. Gaspar Albino se referiu a este evento, não posso deixar de manifestar a minha estranheza pelo facto de o PSD, só a instâncias do meu camarada Raúl Martins, se ter referido ao ICI. Eu confesso que estava confiante, que o PSD iria de modo próprio congratular-se efusivamente com o ICI, porquanto a sua direcção distrital desde há quase 4 meses mais parecia o apresentador do ‘Cais do Oriente’ dizendo que faltavam x dias, não para a abertura da Expo mas para a abertura do concurso ICI. Infelizmente para o PSD, o Sr. Ministro cumpriu a promessa e de facto, felizmente para as populações, a abertura da abertura do ICI é hoje uma realidade.

Mas, em vez do PSD, com a mesma prontidão com que vinha alertando o decurso do prazo do IC1, em vez de se congratular de imediato, o PSD logo arranhou uma outra questão que seria o IP5. Infelizmente para o PSD, o Sr. Ministro João Cravinho prometeu e está visto que cumpre, já prometeu a duplicação do IP5, a transformação do IP5 em perfil de auto-estrada. Portanto em vez de se congratular com a transformação do IP5 em perfil de auto-estrada, o Sr. Armando Vieira já reivindica, não o perfil de auto-estrada do IP5, mas uma nova auto-estrada. Eventualmente seria uma solução mais adequada, porém temos que atender que o actual IP5, que se diz que não serve, é o IP5 que foi construído, não mudou. E, como lhe dizem e bem, que não presta, também certamente já lhe terão dito que ele nunca prestou e que foi a pressão eleitoralista que condicionou o traçado actual do IP5. Foi a necessidade que o PSD à altura teve de apresentar obra feita até às eleições legislativas que condicionou o actual traçado. Portanto relativamente ao IP5, o PSD devia ter má consciência e, portanto, com o reforço dessa convicção de que com a construção destas importantes infra-estruturas, que vêm corresponder a anseios de há longos anos das gentes de Aveiro, com o reforço dessa convicção se manifesta de igual modo a certeza de que o processo (como há pouco dizia) de desvalorização periférica a que Aveiro foi sujeito, será certamente objecto de uma inflexão.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Muitas vezes se admite que as pessoas estão na política com uma postura que não é uma postura de dignidade e nós prezamos muito a nossa dignidade. Quando reivindicamos que se construa uma auto-estrada, insistimos N vezes, insistimos depois para o IP5, dizer-mos que infelizmente para nós isso se fez, é induzir que nós não estamos na política para defender os interesses das populações e pelo contrário diz-se que é infelizmente, quando os nossos objectivos são alcançados. Quero só dizer que não estamos aqui para isso, não estou aqui para isso e, portanto, repudio veementemente, este tipo de afirmações que foram feitas. Muito obrigado, Sr. Presidente.”

Vogal Armando Vieira:

“Quero dizer que concordo em absoluto com as palavras do Senhor Prof. Britaldo Rodrigues e lamento que o nosso amigo Filipe Brandão, tenha dito a palavra infelizmente, porque todos nós estamos contentes. E repare Sr. Presidente, eu participei em muitas reuniões por causa do IC1, muitas, e estou para ver se muitos dos pormenores ligados ao IC1, que foram debatidos em longas reuniões na Universidade de Aveiro e se vão ser consagrados na obra. É isso que todos nós desejamos é que a obra avance e se não avançou, foi porque quando as peças finais nomeadamente, o estudo de impacto ambiental, que demorou longos tempos a ficar concluído que motivou o atraso no lançamento da obra e entretanto quando ficou pronto e o Governo tinha condições para lançar a obra que estava prevista para ser lançada em 96, o PSD saiu do Governo. Logo o PSD não pode ser responsabilizado pelo atraso da obra, mas sim o actual Governo Socialista, no entanto fico muito contente que ela venha a ser construída porque ela é efectivamente vital para o nosso desenvolvimento. Quanto ao IP5 Sr. Presidente, eu quero já agora saber, se o Partido Socialista subscreve inteiramente o projecto do Sr. Ministro Cravinho, que é a transformação do IP5 em perfil de auto-estrada, ou se pelo contrário nós, os municípios ao longo do IP5 exigimos a construção da A14. É isso que eu quero saber.”

Vogal Clara Ribeiro:

“Sr. presidente, Srs. Deputados. Mais uma vez o Hospital de Aveiro. O Hospital Distrital de Aveiro, assunto que muito me preocupa e que pelo menos aqui e agora existe a oportunidade de sensibilizar mais ou menos 40 pessoas com influência, e que estou certa não vão ficar de braços cruzados perante o assunto tão nosso - Hospital/Saúde.

Têm vindo a público notícias sobre o HDA, tais como: Medidas de urgência no Hospital; HDA aposta no serviços de urgência - publicadas no Diário de Aveiro de 24 de Junho de 98.

Anima-me saber que a minha intervenção sobre o Hospital e suas dificuldades, nesta Assembleia e posterior entrevista ao Diário de Aveiro de 28 de Maio, foi recebida com carinho e com preocupação, tanto por utentes como por funcionários da mesma instituição. Mas antes de fazer as perguntas que tanto anseio saber, gostaria de expor o seguinte: aquando da minha intervenção nesta Assembleia, disse o Sr. Presidente da Câmara que foi a primeira vez que alguém falou na importância dos terrenos dos armazéns gerais para o Hospital de Aveiro e tanto é que na reunião extraordinária de 09-03-98, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar o loteamento e respectiva memória descritiva.

No dia 29-05-98, após a minha entrevista, a Direcção do Hospital de Aveiro, na pessoa do seu Director Rui de Brito, diz que a intervenção da Assembleia Municipal foi posterior aos seus contactos. Diz o Dr. Rui de Brito «tentei acautelar, contactando Alberto Souto para essa eventualidade, já que é a única área para onde o Hospital pode crescer».

Pergunto eu ao Sr. Presidente da Câmara: sabendo o Sr. Presidente deste desejo, do Director do Hospital Rui de Brito, porque razão trouxe o loteamento para construir habitações familiares a esta Assembleia?

Sabendo também, que o Presidente da Câmara se mostrou depois disto interessado em contactar o Hospital, gostaria de saber como é que estão as negociações, se o espaço dos armazéns gerais vão ser do nosso Hospital? E, se para o Presidente tem carácter urgente? E para finalizar este assunto gostaria de dizer ao Sr. Presidente, e aos Srs. Deputados, que o nosso Hospital em matéria de falta de espaço e as suas consequências pode melhorar, piorar já não é possível.

Queria ainda fazer duas outras perguntas sobre Verdemilho e uma placa que a Câmara Municipal de Aveiro tem colocada, pelo menos há seis anos na casa Eça de Queirós, que diz: «Câmara Municipal de Aveiro, Serviço de Cultura, casa Eça de Queirós, Recuperação» como passo lá todos os dias, de há um mês para cá há uma outra que diz: «Quando?».

Gostaria de saber qual a importância, porque mesmo para os habitantes, eles têm-me feito perguntas e eu não sei responder.

Outra pergunta é relacionada com saneamento e saúde pública. Na rua da Pilôta o saneamento ficou a meio da rua, existem 15 fogos alguns deles novos, que não têm saneamento, penso que por dificuldade de uma bomba que custa 2 mil contos.

Dado que a Câmara até fez um bom empréstimo, penso que dois mil contos em milhões não é nada. Aquela rua termina na pecuária, logo a seguir pertence ao concelho de Ílhavo, queria perguntar se aqueles quinze fogos vão ficar esquecidos, se vão entrar na CEE sem ter saneamento?.”

Vogal Nuno Tavares:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria ser porta-voz de algumas lamentações, reclamações de cidadãos aveirenses que têm sido vítimas de uma actividade ou de uma

acção de fiscalização que se calhar está a ser demasiado rigorosa por parte da P.S.P. quanto ao estacionamento indevido dos automóveis. Obviamente que a P.S.P. é uma instituição que a todos deve merecer respeito, só que, por aquilo que me vai chegando aos ouvidos a aplicação das multas por estacionamento proibido estará a ser feita de forma talvez demasiado atrabiliária até sem algum critério definido. Porque verificar que um automóvel está em transgressão não atrapalhando ou não prejudicando terceiros e verificar que um automóvel está estacionado prejudicando terceiros, naturalmente que são duas situações de ilegalidade mas de dimensão naturalmente diferente e que se calhar terá de merecer uma atitude diferente, até no plano pedagógico. Porque agir da mesma maneira perante situações diferentes isso (permitam que diga) é próprio do fiscal, ou do simples beleguim e não de um agente da autoridade.

Portanto, eu no respeito, na solidariedade, que me merece a P.S.P., queria aqui deixar a voz (através de mim) de muitos cidadãos aveirenses, que se vêem injustamente penalizados por uma actividade eventualmente menos transparente por parte de agentes da P.S.P. Polícia que todos devemos respeitar, todos devemos considerar, cuja actuação transparente todos nós devemos compreender e naturalmente aplaudir.”

Vogal Virgílio Nogueira:

“Sr. Presidente, a minha intervenção sintética visa recomendar ao executivo que efectue uma verdadeira auscultação dos agentes culturais locais e em particular o fórum das associações culturais do município, para que a definição de políticas e iniciativas por si levadas a cabo, como as festas do município, sejam autenticamente representativas do nosso movimento cultural e artístico, que todos auguramos a bem de um concelho com uma dinâmica cultural singular.

Queria também aproveitar a oportunidade para fazer uma outra recomendação, desta vez destinada ao pelouro da Juventude, no sentido em que as convocatórias para o concelho consultivo se façam com uma outra antecedência, porque os agentes do movimento associativo juvenil naturalmente como outros cidadãos têm outros afazeres e de facto seria mais interessante e mais profícuo, para uma participação que necessariamente queremos mais abrangente; que a convocatória se faça com uma outra antecedência.”

Vogal António Vinagre:

“Muito Obrigado, Sr. Presidente. Numa das reuniões da última Sessão desta Assembleia, foi discutida a utilização a dar ao espaço onde, ainda hoje, se situam os armazéns gerais da câmara Municipal de Aveiro. Na altura a minha colega Clara, sugeriu, a propósito da falta de espaço no Hospital Distrital de Aveiro, que fosse dada opção de utilização do mesmo a este centro Hospitalar com vista a descongestionar os serviços externos, nomeadamente o de cardiologia, sugestão de imediato aceite pelo Sr. Presidente da Câmara que se comprometeu a consultar a Direcção do mesmo. Como realmente o fez.

Todos nós sabemos, e mais ainda aqueles que diariamente recorrem aos serviços do nosso Hospital, que existe uma grande falta de espaço limitando e obrigando os profissionais de saúde a um grande esforço para desempenharem com profissionalismo que lhes é exigido, as suas tarefas. Todos nós sabemos que existe dificuldade no internamento de doentes e que estes só permanecem nesta unidade hospitalar, nalguns casos, o tempo mínimo necessário para o seu tratamento.

Todos nós sabemos que por falta de meios, quer técnicos, quer humanos, se recorre muitas vezes a outros Hospitais, nomeadamente aos Hospitais da Universidade de

Coimbra, caindo-se por vezes no ridículo de se transferir um doente apenas para ser consultado, por exemplo, por um otorrinolaringologista.

Todos nós sabemos, também, que os doentes esperam horas para serem atendidos no banco de urgência ou nos corredores do Hospital, por vezes à espera do médico que não vem. Todos nós concordamos que o nosso Hospital precisa de mais espaço, melhores serviços, mais profissionais de saúde e também mais e melhores meios técnicos.

Se assim é responda-me quem souber. Porque motivo se encontra fechado o quinto andar do edifício principal do Hospital Distrital de Aveiro?

Para quem não sabe, um andar corresponde a dois pisos, por sua vez cada piso corresponde a 22 camas e precisa para o seu funcionamento de mais ou menos quarenta profissionais de saúde mais o pessoal auxiliar. Perante estes números e parafraseando o nosso primeiro, as contas são fáceis de fazer. Independentemente da explicação e justificação, é inadmissível que perante o actual quadro degradante do nosso Hospital, nos possamos dar ao luxo de termos um piso a menos ao serviço de todos aqueles que necessitam de recorrer aos serviços da unidade hospitalar. Mas por incrível que pareça, quando questionei para que servia então este piso, a resposta não se fez esperar e não poderia ser mais surpreendente “serve para os médicos de serviço poderem descansar à noite”. Isto meus Senhores é qualidade de vida! Tudo isto mostra, que em Aveiro somos todos saudáveis, não precisamos de utilizar todas as instalações disponíveis, afinal só alguns descuidados é que recorrem ao Hospital.

Perante esta situação, que não encontra par em mais nenhum concelho, distrito ou região, que seja do meu conhecimento, é urgente procurar respostas e responsabilidades com vista a melhorar o atendimento dos utentes do Hospital Distrital de Aveiro. Assim como também melhorar as condições de trabalho de todos os profissionais de saúde que diariamente ali exercem a sua profissão, a bem da saúde. Muito obrigado.”

Vogal Raúl Martins:

“Eu queria aqui juntar-me às congratulações que o meu querido amigo Gaspar Albino fez ao Governo, pela abertura do concurso público do IC1. Quanto ao IP5 é preciso que demos algum tempo ao Governo para que possam ser encontradas soluções que podem não ser tão fáceis como isso, mas espero que sejam encontradas soluções sérias e soluções definitivas para resolver o grave problema que é o IP5.

Gostei aqui de alguns discursos e gostei particularmente do discurso do Sr. Armando Vieira, que daqui felicito, principalmente pelo discurso que fez sobre as pescas. Ficámos no mínimo a saber que o Sr. Armando Vieira têm alguns “amigos de Peniche”. Também ficámos a saber por alguns discursos que foram feitos da bancada do PSD, que o PSD não reivindica um Hospital novo para a cidade Aveiro, reivindica a abertura do 5.º andar. Vamos fazer transmitir isso superiormente, já que é uma exigência do PSD, a curto prazo irá ser aberto o andar.

Penso que, caro companheiro Gaspar Albino, os louros do IC1 não cabem ao Governo Socialista, cabem fundamentalmente à abnegada actuação de alguns líderes regionais da oposição. Não fora a pressão dos líderes concelhios e distritais do PSD e estou certo que a construção do IC1, com perfil de auto-estrada e que vai implicar um investimento de 57 milhões de contos a preços de 96 não se faria. Em nome de todos, Sr. Armando Vieira, na sua qualidade de Presidente da Comissão política do PSD, um grande muito obrigado. A nossa região fica-lhe eternamente grata!

Mais ainda queria felicitar o Sr. Armando Vieira, por ter ascendido a vice-presidente da distrital do PSD e espero sinceramente que no seu novo e honroso lugar obtenha os resultados que tem obtido à frente da concelhia do PSD.”

Vogal Armando Vieira:

“Bem... não me ofende quem quer, obviamente. E, como autarca, como pessoa interessada pela coisa pública, pelo trabalho em prol dos outros, não recebo lições de ninguém muito menos do Sr. Raúl Martins, como todos compreenderão.

O facto de não ter ganho umas eleições e arrogantemente a bancada do Partido Socialista através do seu representante Dr. Raúl Martins, achar que tem o direito de arrogantemente gozar e rir-se de quem perdeu, não é indiciador de democracia, porque eu respeito os que ganham, como respeito os que perdem. E vou citar aqui um exemplo, meu caro Dr. Raúl Martins. Como sabe, as suas equipas, onde mais directamente me envolvo, têm levado cada “banho” que nem é bom falar. Mas devo dizer-lhe uma coisa, nem por uma única vez eu me atrevi a vir para a rua a rir-me fosse de quem fosse, a fazer festa ou a fazer caravanas depois dessas vitórias locais, porque acho que todas as pessoas devem ser respeitadas e devo dizer-lhe que na hora da vitória tenho muito respeito por aqueles que não ganham, porque sei colocar-me nas duas situações.”

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

“Pretendendo abordar ainda que superficialmente algumas das questões levantadas e lembrando já agora por piada, que hoje o Sr. Presidente da Câmara vai levar daqui uma boa sacada de recomendações às mais diferentes entidades deste país. Começou por levar recomendação para o Sr. Presidente da República, passou para o Governo na pessoa dos Srs. Ministros João Cravinho e Maria de Belém Roseira, leva uma recomendação para o Sr. Governador Civil por causa das multas, se não se importa eu vou também deixar umas recomendações para a Assembleia da República e umas recomendações para a Direcção do Hospital aqui de Aveiro, todas elas espero que as leve em devida consideração. O que me parecia também de alguma forma próprio é que as pessoas se habituassem a recomendar primeiro nos sítios próprios e depois sem prejuízo trazerem aqui também logicamente as questões, que são todas elas importantes, mas que não são da competência exclusiva de um Presidente da Câmara e não são sequer da sua primeira competência e como tal, devem ser tratadas primeiro nos sítios próprios e nos organismos próprios. É obvio que eu não reivindico sequer qualquer assunto respeitante ao Hospital de Aveiro, todos nós estamos aqui empenhados e fizemos aqui intervenções, que vieram citadas nos jornais, sobre questões de necessidade de empenhamento de todos nós, sejam Vereadores sejam Deputados Municipais, no sentido de uma eventual criação de um novo Hospital de Aveiro, mas também no sentido de uma cada vez melhor administração.

Não vou falar mais de recomendações nem ao Ministro João Cravinho nem à Maria de Belém Roseira, mas relativamente ao Sr. Presidente da Câmara foram feitas duas interpelações directas, uma primeira sobre ocupação de cargos na Câmara, uma segunda e bem, só que muito superficial sobre saneamento esquecendo notícias publicadas nos jornais que eu faço questão de sublinhar nesta Assembleia.

Quanto à questão de eventual nomeação de pessoas para ocuparem lugares de confiança, eu limitar-me-ia a lembrar aqui um episódio que se passou a propósito de notícias vindas a lume de concursos (até concursos públicos) no anterior mandato, lembrando a minha posição nessa altura, que me trouxe até alguns problemas na própria bancada ao defender que, não concordava que as pessoas viessem pôr em causa quem quer que fosse, sem pôr em causa a respectiva competência. Lamento

profundamente, porque nem as notícias punham em causa a competência de ninguém, nem as intervenções que aqui foram feitas.

E eu repito o que então disse, e por o dizer para o Prof. Celso Santos posso agora dizê-lo para o Partido Socialista e quando somos coerentes nas posições acabamos por ter direitos como este. É que já então, a questão que se colocava era esta, era de se não repetir através das Câmaras o que havia por exemplo no Parlamento Europeu em que há aparente troca de casais, num caso de troca de serviços. Portanto, o melhor que as pessoas têm a fazer é ter alguma serenidade, verem que de facto cargos de confiança política tem de ser exercidos por quem a possa ter em primeiro lugar e em segundo lugar por quem tenha competência para o cargo. E se não se questiona a competência, eu não questionei nunca para nenhum partido a questão da confiança política, não a questiono também para o Partido Socialista, já agora, até pelo Partido Socialista pecar justamente pelo contrário. Eu até temi, devo dizer, que quando se começou aqui a falar de um cavalheiro e de uma senhora e por aí fora, eu temi e que se fosse falar de pessoas que continuaram lá, não estava a perceber muito bem, mas foi esclarecido e pronto o critério é do Sr. Presidente da Câmara, ele é que sabe a confiança que têm nas pessoas. De algum modo, lamento é que haja dois pesos e duas mediadas, para mim há só um, é o da confiança política e logicamente o da competência cumulativamente.

Finalmente a questão do saneamento e a recomendação à Assembleia da República. É que foi trazido aqui à baila uma questão de saneamento que é digna de ser levada a uma Assembleia de Freguesia e eu esperava que não se repetisse o início daquilo que foi o anterior mandato da Assembleia Municipal, em que sistematicamente se confundia, embora com boa vontade, o que é levar uma questão a um Presidente de Junta ou o que é levar uma questão a um Presidente de Câmara. Quem leu o 'Diário de Aveiro' por exemplo, leu o que esta Câmara está a pretender fazer, esta Câmara vem noticiado, está a fazer o levantamento finalmente das situações indecorosas de saneamento feito através do sistema de escoamento das águas pluviais para o canal da Ria. Era isso, que aqui devia ter sido imediatamente trazido. Falar do saneamento por quem lê notícias neste momento e esquecer a coisa mais importante, a esse nível, que está a ser feita neste momento por esta Câmara, só por distração.

Finalmente a tal recomendação para a Assembleia da República. Entendo pessoalmente que foi de total leviandade, ainda que perceba porquê, a forma como o meu Partido retirou a questão da lei da interrupção voluntária da gravidez. E porque o assunto é delicado, eu peço que me deixem, porque infelizmente esta Assembleia foi posterior ao referendar de consciências, com o qual não concordo, mas que lembro tem origem no PSD, essa questão pela primeira vez posso trazê-la aqui tardiamente. Eu estive aqui num debate em que esteve o Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto, lamentavelmente com 21 pessoas a assistirem, não estou de acordo que ele tenha tido uma derrota como ele diz, neste país as mulheres ficar-lhe-ão eternamente agradecidas pela coragem política de tentar arranjar uma lei que lhes permitisse pensar, isto é, que não as levasse sempre que por qualquer razão (e estamos a falar de gravidez, não estamos a falar de planeamento familiar) uma mulher engravide e esteja contrariada por qualquer razão, seja precipitada para a primeira situação de escolha de interrupção eventual da gravidez, porque nem sequer as condições para poder falar na sua própria casa à vontade sobre o assunto, ela tem.

Sempre que uma mulher é conduzida numa situação de gravidez involuntária, para a tentativa de interromper a gravidez (sejam quais forem as razões), no dia de hoje por causa do referendo que não devia ter existido, por causa da lei que existe, ainda hoje não tem um psicólogo que a acompanhe com calma e que lhe explique por exemplo que se interromper a gravidez poderá não vir a ter outra, não tem tempo. Nos países onde

isso é feito tem tempo, é obrigatório fazer-se isso. E dir-se-á, Portugal não tem meios. Portugal nem tem Lei meus Senhores! Defender a vida é defender o tempo a pensar nela para se poder pensar. A Lei que existe não permite pensar, a Lei que existe não dá tempo, a Lei que existe é uma Lei de vergonha.”

Vogal António Salavessa:

“Só umas notas rápidas sobre algumas questões que foram suscitadas. Eu lembro que esta Assembleia Municipal nos termos do seu Regimento também tem possibilidade de realizar reuniões fora desta casa, é uma possibilidade que já existia no mandato anterior, nunca foi utilizada, eu acho que seria de grande interesse fazer-mos as nossas Assembleias abertas nas freguesias com carácter extraordinário tal como está previsto no Regimento.

Seguidamente quero congratular-me por este Governo ter cumprido a última das promessas depois de vários Governos terem deixado muitas promessas por cumprir em relação ao ICI. Alguma vez o romance tinha de terminar, terminou agora, ainda bem. Esperemos que o concurso não fique deserto ou que não haja qualquer acontecimento ulterior. A propósito desta questão, queria lembrar o problema das portagens virtuais e manter o alerta de que estas portagens virtuais não se transformem a médio prazo em portagens reais, e agora com esta agravante, que é uma novidade deste concurso, que é a concessão também em regime de portagens virtuais ao troço entre a Barra e Albergaria, coisa que não estava anteriormente prevista em termos de manutenção e exploração.

O referendo, já que aqui foi suscitado como sendo uma obra do PSD, eu acho que as verdades têm de ser ditas Deputada Virgínia Veiga, não por causa do PSD, mas porque 24 horas após à aprovação da Lei na Assembleia da República, PS e PSD estabeleceram um acordo que induziu ao referendo e que teve como contrapartida a composição do Tribunal Constitucional. As verdades não podem ser escamoteadas. Se houve referendo, foi por opção fundamental desses dois Partidos e compreendo que apesar de não ter sido vinculativo, há uma indicação política e essa indicação política tem que ser respeitada, podemos lamentar protestar, mas há de facto uma indicação política que foi dada por esta votação e eu sou dos que como é obvio discordo da posição que foi assumida, embora tangencialmente pelo povo português, mas há que ter a leitura política adequada. Isto não significa desistir do combate, não significa que não se possa ter mais tarde uma iniciativa neste âmbito, mas significa desde já que se agarre aquilo que foi objecto de consenso durante esta campanha referendaria, que é a necessidade de um alargamento do serviço de planeamento familiar, que é a necessidade de se avançar para a educação sexual nas escolas e se estamos todos de acordo com isso, pois então que avancemos nessa direcção.

Para que se reconheça que o Sr. Presidente da República tem alguma razão, porque alguns autarcas não se preocupam com os problemas das populações ou pelo menos não se preocupam exclusivamente, eu trazia para acabar, duas questões concretas.

Nalguns municípios do país, têm sido feita uma interpretação do novo regulamento das custas dos processos tributários Dec. Lei n.º 92/98, aplicando abusivamente às situações de atraso no pagamento de fornecimento de água. Já tive oportunidade de citar noutra local o caso de uma factura de 3 mil e poucos escudos passados 45 dias sobre a data de pagamento com multas e agravamentos atingia 14 contos. Portanto, mais de 460% em mês e meio. Já interpelei o Sr. Administrador Delegado dos Serviços Municipais ficando a saber que perante a ambiguidade do Decreto-Lei citado, optou de momento pela continuação da aplicação da metodologia anterior nesta matéria. O PCP partilha este entendimento e já suscitou na Assembleia da República a clarificação da

interpretação deste Decreto. Apelo por isso, que o município continue este procedimento que está a ter actualmente até à clarificação da situação.

Em segundo lugar no mandato anterior tive oportunidade de trazer a esta Assembleia uma proposta de constituição de um concelho municipal de segurança dos cidadãos, a proposta não teve acolhimento por pequena margem nesta Assembleia, em parte com o argumento que a medida não tinha cobertura legal. Entretanto, foram surgindo concelhos deste tipo em diversos municípios, recentemente em Águeda, Oliveira do Bairro e Santa Maria da Feira decidiram avançar neste sentido. Ora acontece, que a Assembleia da República, aprovou recentemente uma Lei que enquadra a constituição dos conselhos municipais de segurança. Na presença destes novos factos, anuncio que irei requerer o agendamento para a próxima Sessão Assembleia, a constituição de um conselho municipal de segurança, apresentando uma proposta concreta nos termos da Lei que foi aprovada.”

Vogal João Barbosa:

“Sr. Presidente Srs. Deputados, agora cabe-me a mim terminar este debate que não foi muitas vezes tão elegante como devia ter sido. Eu começo Sr. Presidente por ficar admirado e preocupado por aquilo que se diz muitas vezes aqui, pela troca de mimos, pelos banhos que se levam, pelas pessoas que se sentem constantemente desonradas e de ser tanta vez desonrado qualquer dia não tem concerto e temo que qualquer dia esta Assembleia se torne na “noite da má língua” e isso é muito mau para todos nós que aqui estamos.

Para começar Sr. Presidente da Câmara, queria chamá-lo à atenção de uma situação que se passa e lembrar-lhe que o Sr. é o responsável pelas convocatórias para as mesas de voto. Cada vez é mais difícil arranjar pessoas de boa vontade para passar um dia na mesa e digo que é difícil, porque há freguesias que tem de arranjar 100 pessoas e são sempre as mesmas. Era bom que o Sr. Presidente da Câmara comesse, como outros o tem feito, a fazer diligências para estes dias sejam pagos às pessoas.

Já referi várias vezes um assunto, que é uma obra que se encontra no canal de S. Roque, junto ao “Estrondo Bar”, que tem um andar a mais. Eu pergunto se já foi feito inquérito e como foi autorizada essa obra com um andar a mais. Gostava de saber, quais foram os motivos porque essa obra tem a mais um andar que os outros prédios, acho que devemos saber.

Outra situação Sr. Presidente da Câmara, o Senhor sabe que os moradores da Beira-mar são constantemente fustigados no Inverno com as cheias, com inundações, que dum maneira geral lhes fazem prejuízos constantes nos seus haveres. Eu gostava de saber se já alguma coisa foi feita ou se será alguma coisa feita para colmatar estas situações.

Gostava também de chamar a atenção, com o que se passa com a “Lusitânia Gás”. É preocupante aquilo que estão a fazer com as instalações de gás nos prédios, alteram as fachadas, muitas vezes tiram a beleza das fachadas de azulejaria. Vêem-se aqueles canos por ali fora, posso dizer-lhe que na rua Sgto. Clemente de Moraes, tem no passeio de 30 cm, em que nesse passeio puseram lá caixas que as pessoas para passar tem de vir para a rua. E isto Sr. Presidente, ou eles é que mandam nisto ou nós não temos fiscalização.

Para terminar Sr. Presidente, eu fiquei sinceramente admirado com a intervenção do nosso amigo Dr. Nascimento sobre a contratação de um economista para a Câmara de Aveiro. E digo que fiquei admirado porque segundo aquilo que foi dado a conhecer foi feito legalmente, mas eu gostei da sua intervenção, sabe porquê? Porque é bem feito para o Sr. Presidente da Câmara. Porque o Sr. não fez aquilo que devia ter feito e que

toda a gente estava à espera. Era logo ao fim do primeiro mês, ter virado algumas situações na Câmara de situações de pessoas que não deviam lá estar, que dizer o Senhor devia ter mudado algumas “moscas”. Isso é que devia ter feito, que foi assim que o PSD sempre fez. E, é assim Dr. Nascimento que durante 20 anos na Câmara de Aveiro se fez com situações imorais em que eu chamei diversas vezes a atenção. Olhe, concursos de pessoas que quando iam a concurso mas apareciam outros candidatos o concurso era metido na gaveta não interessava. Concurso de 70 pessoas à espera preocupadas por um emprego e havia dois lugares, eu chegava as escadas da Câmara e dizia o que é que estão aqui a fazer durante um dia, porque quem vai entrar é aquele e a aquele e acertava, não era difícil. E ainda lhe digo mais, em Novembro foram promovidos alguns em comissão de serviço a chefes de serviço, que são chefes do chefe que está à frente deles! Lamento é que seja o Senhor a trazer para aqui uma situação de uma legalidade que o Sr. Presidente da Câmara fez. E eu digo-lhe que só lamento que não tenha feito mais.”

Vogal Armando Vieira:

“Ao meu amigo e colega Presidente de Junta, com o seu estilo frontal que eu também aprecio, estou de acordo com ele quando ele diz que a linguagem é excessiva e é lamentável que venha de pessoas que supostamente têm uma melhor preparação cívica, intelectual, a todos os níveis em relação a estes humildes servos da população que somos nós os Presidentes de Junta, concordo com em absoluto. Mas, ó camarada Presidente de Junta da Vera Cruz, faça o favor de dar o exemplo sugira que a sua bancada se apresente de uma forma mais correcta porque o Sr. com certeza que estava a fazer uma auto crítica e eu elogio por isso.

Quanto às nomeações há uma coisa que eu lhe digo, o PSD nesta questão não é mestre é aprendiz, mestre são os senhores porque o país esta infestado de “boys” nos “jobs” é uma coisa louca, é de bradar aos céus meus Senhores.

E Sr. Presidente da Assembleia, eu queria saber se há relatórios a que uns Presidentes de Junta têm direito e outros não têm. Gostaria de saber isso.”

Vogal Jorge Nascimento:

“Eu se bem me recorde só fiz perguntas ao Sr. Presidente, não me atrevi sequer a fazer juízos de valor, mas pelos vistos o Sr. Barbosa, que está melhor informado e até tem relatórios adicionais, já entendeu vir à defesa. Eu estou preocupado com isto. Quer dizer, eu só pedi esclarecimentos, o Sr. Barbosa vem já à defesa, isto preocupa-me sinceramente.”

Presidente da Mesa:

“Querida apenas saudar cidadãos que anonimamente, civicamente se porventura, se prestam a participar e a formar as mesas de voto nos sucessivos actos eleitorais. Não sei como é que isto um dia se há-se fazer institucionalmente, esse agradecimento, mas pela minha parte aproveito esta oportunidade para lhes lançar um bem hajam, porque são cidadãos cumpridores discretos, cívicos, e a comunidade deve ficar-lhes agradecida.”

Seguidamente e dado o adiantado da hora o Sr. Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, seguindo-se um intervalo para o jantar.

2.ª PARTE

Pelas 22:00 horas, foram retomados os trabalhos sob a Presidência do Presidente, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário João Pedro Simões Dias e Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Virgínia Celeste da Silva Veiga, José Augusto Fernandes Júnior, João Pires da Rosa, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Jorge Carvalho Arroiteia, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Rogério Mário Madaíl da Silva, António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Lucas Amaro Rodrigues, Fernando Vieira Ferreira, Armando Manuel Dinis Vieira, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Jorge Manuel do Nascimento, António Sousa Dinis Correia, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais Libério da Silva Santos, Henrique Manuel Morais Diz, Victor Manuel da Silva Martins, Estevão de Sousa Rosas, Manuel Simões Madaíl, Joaquim dos Santos Abreu e Élio Manuel Delgado da Maia.

Retomados os trabalhos, deu-se continuidade à agenda de trabalhos para esta Sessão.

Presidente da Mesa:

“Antes de passar a palavra, tenho uma palavra para o Sr. Salavessa sobre a sua proposta do registo de interesses. O tema penso que tem relevância, naturalmente, mas tenho algumas dúvidas sobre a constitucionalidade do diploma mas isso é outra conversa, agora não tenho grandes dúvidas que a proposta e a discussão iniciada e praticamente terminada na outra Assembleia Municipal terá caducado (não é porque o Regimento o diga claramente, mas fazendo uma aplicação do que se passa na Assembleia da República) daí que, isto é uma explicação porque é que não agendei aqui dentro das sugestões de agendamento. É uma explicação que lhe devo, muito embora já agora, devo dizer que no texto que fez chegar à Mesa dizia: “requero que seja agendado...” eu acho isto um exagero. Penso que as iniciativas caducam se não forem ultimadas, se forem ultimadas passam a ter vigor até serem revogadas, não sendo ultimadas, não transitam. É assim que está estabelecido na Assembleia da República e que deve ser de algum modo um norte.

Já agora, o Sr. Presidente da Câmara, não perdeu de vista nem eu me esqueci da reivindicação desta ala deste edifício ser toda para a Assembleia Municipal, deixar de se chamar Salão Cultural e passar a chamar-se Salão da Assembleia Municipal, porventura, saírem daqui os serviços que não tem a ver com a Assembleia, ser estudada uma nova mobília, haver um sitio para os Deputados (já falámos sobre isso) e também para a comunicação social depois terá que ser conversado em função do novo esquema que se estude de distribuição de lugares para aqui, a comunicação social há-de depois dar a entender o lugar que quer. Não está esquecido, antes de terminar o ano isto vai levar realmente uma volta espero que melhor.

Devo também dizer que não tenho reunido a conferência de líderes por dificuldades que me respeitarão (eu ando mas com alguma dificuldade e insegurança e não me é agradável andar a fazer a figura de aleijadinho), mas ainda no mês de Junho

tomaremos café ou jantaremos num sitio qualquer, como melhor parecer, para conversarmos. Alguns temas já estão desactualizados, é o problema do aborto já foi, é o problema da regionalização, talvez mantenha a actualidade não digo que não, mas há um tema que achava ter cabimento que se discutisse a nível de Assembleia Municipal, mas sem fronteiras fechadas, o problema do Porto de Aveiro e genericamente do “salgado” aveirense. Penso que se podia convidar o Director Geral de Portos, o Professor Borrego, o Presidente da JAPA (se ainda houver nessa altura) talvez também o Presidente da Câmara de Ílhavo e nós próprios para fazermos uma mesa redonda. Mas fico aberto a outros temas.”

Presidente da Câmara:

“Em primeiro lugar, uma das coisas que veio a lume foi a contratação de um economista para a Câmara. Eu já tive oportunidade de explicar isto aos Srs. Jornalistas e às pessoas que na altura colocaram questões, mas gostava de fazer o mesmo a esta Assembleia, para que não subsistam dúvidas.

O que foi feito foi a contratação de um economista, com um contrato de prestação de serviços, renovável, que pode cessar a qualquer momento. Houve aqui um problema de desinformação, circularam os mais diferentes boatos, que fulano ia ganhar uma fortuna para a Câmara e que tinha entrado para os quadros da Câmara, fizeram-se referências a vencimentos ilíquidos e não aos líquidos, enfim. Depois por razões circunstanciais e pessoais de uma das pessoas em causa, o caso ganhou dimensão noticiosa absolutamente desproporcionado em relação àquele que teria em situação normal e a certa altura de facto andou nas bocas do mundo. Eu queria dizer que a lei prevê que se faça consulta a dois currículos, não impõe, nem sequer a título indicativo, quaisquer critérios que tenham que vincular o Presidente da Câmara na escolha dessas pessoas.

É o Presidente da Câmara que escolhe, em função das necessidades, as pessoas que precisa para aquela função. E assim foi, cumpriu-se formalmente a Lei, do ponto de vista da decisão de fundo tomou-se a decisão que em termos substanciais, era aquela que interessava à Câmara naquele momento. E depois, há também uma questão política que eu não quero aqui descorar, economista em causa é militante do Partido Socialista e eu queria aqui lembrar que não pus nenhum funcionário, nenhum prestador de serviços dos que encontrei na Câmara do PP, não pus nenhum fora da Câmara, os que lá estavam lá ficaram. Mas cometi de facto esta imprudência, que foi contratar alguém que estava filiado no PS. E eu peço imensa desculpa, mas que eu saiba a Lei neste país ainda não permite que haja discriminação política negativa. Ninguém pode ser prejudicado por ser filiado num partido político e mais ainda, foi dito que ele era o n.º 5 da lista do PS, quero também dizer sem nenhuma dúvida que pelo facto de alguém ter aceite participar numa lista à Câmara não pode por esse facto ficar inibido em nada de ser contratado pela Câmara. Portanto, foi correcto do ponto de vista legal, foi perfeito do ponto de vista político, eu tenho de ter pessoas em quem tenho de ter confiança técnica e do ponto de vista político elas não podem inibidas e discriminadas por isso, e à volta deste caso eu diria: fez-se uma tempestade num copo de água. Era só isto que eu gostava de dizer.

Depois em relação às Presidências abertas, penso que foi o Dr. Jorge Nascimento que fez referência a isso, a sua preocupação foi a de que os Presidente de Junta pudessem ver o seu prestígio em causa pelo facto da Câmara ir fazer uma “Presidência Aberta”.

O nosso objectivo com as presidências abertas é o de ir ao encontro das pessoas, tentar ser mais eficaz na administração pública, conhecendo no terreno os problemas, ter maior sensibilidade depois quando nos chegam os ofícios correspondentes, tomando se possível algumas decisões no local, contactando com as pessoas, ouvindo os seus

anseios e até é importante para verem como uma Câmara decide e quais são os constrangimentos que têm para às vezes decidir.

Agora, eu vejo precisamente ao contrário, a visita de uma Câmara a uma freguesia só pode ser momento de enaltecer e de reconhecer o papel do seu Presidente de Junta e aproveito para cumprimentar o Senhor Presidente de Junta Lucas Amaro, que nos recebeu não apenas gentilmente, mas de uma forma hospitaleira, proporcionando todas as condições para trabalhar, e não senti nestes dias nenhuma qualquer reticência partidária, estávamos ali todos para resolver os problemas das pessoas e criou-se um espírito muito bom nesse sentido. Portanto, vejo isso ao contrário e tudo farei para que nas próximas presidências abertas esse risco de algum presidente de junta de sentir melindrado ou menosprezado não possa ser imediatamente afastado.

Em relação ao ICI, eu também comungo dessa satisfação, de ver o ICI lançado a concurso, acho que foi uma promessa cumprida, acho que foi importante não só por ser uma promessa cumprida, mas porque é uma obra que nós à muito que ansiávamos, toda esta região precisa dessa obra. E, queria até dizer mais, é que devemos continuar atentos, porque se bem li nas entrelinhas do concurso o prazo máximo é de 6 anos e devo dizer uma coisa: anunciar-nos agora uma coisa, para depois estar 6 anos à espera para que fique pronta causa-me algum desconforto. Estas obras de engenharia são todas muito interessantes, mas eu espero sinceramente que o governo no momento do concurso seleccione e em especial para o troço que nos interessa uma empresa que aponte para um prazo de execução bastante mais reduzido, porque seis anos é uma enormidade para uma obra destas.

O mesmo em relação ao IP5. Fizemos uma marcação cerrada ao Sr. Secretário de Estado Maranha das Neves, quando aí esteve, a propósito do IP5 e do ICI eu também lhe disse: Sr. Secretário de Estado, no momento em que o Sr. Ministro anuncia que Portugal vai fazer mais mil e tal quilómetros de auto-estradas, tantos como aqueles que existem neste momento, ninguém desta região Aveiro/Viseu/Guarda vai compreender que o IP5 não seja auto-estrada também e, portanto, eu estarei e penso que todos nós estaremos na primeira linha de lutar por uma auto-estrada no IP5.

As recomendações da freguesia de N.ª S.ª de Fátima. Bem, penso que elas são todas justas, de facto os trabalhos da passagem superior de nível causaram grande transtorno às pessoas e partiram de facto ali as estradas todas. Nós já tivemos uma reunião com a CP a este propósito e há uma declaração de boa vontade de que tão rapidamente quanto possível as reparações serão feitas.

Em relação ao PROCOM, nós vamos dar alguns sinais que são importantes que a Câmara dê, vamos fechar ao trânsito a rua Direita até ao final do Verão e vamos avançar também para a pedonalização da 14 de Julho, além de que, era outro elemento importante no quadro do PROCOM, os jardins devem ser revitalizados e há uma candidatura do mercado Manuel Firmino para que se estenda um bocadinho no âmbito da aplicação do PROCOM.

Quanto à pretensão do Hospital em relação aos terrenos dos armazéns gerais - eu de facto contactei o Hospital e a Universidade, ambos estão interessados, O Dr. Rui de Brito está muito interessado e mostrou-me as ideias dele, há um contacto para ser feito com a Administração Hospitalar para saber se este interesse se confirma, porque caso se confirme eu terei de fazer negociações com o Hospital se chegar à conclusão que a proposta do Hospital é mais vantajosa que a proposta da Universidade. Portanto, é este neste momento o ponto das negociações, estou à espera que a Administração Hospitalar se decida, para depois ver qual é o valor que tenho e negociar com a Universidade que também está envolvida. Se chegar à conclusão que me oferecem menos do que renderá em hasta pública, irá para hasta pública e depois quem quiser

que vá lá comprar, pode ser o Hospital pode ser a Universidade, é este o ponto da situação.

Quanto ao andar a mais no canal de S. Roque o Vereador José Costa vai dar a explicação.

Vereador José Costa:

“Bom, este é um projecto que começou em 95, teve um primeiro diferimento em Setembro de 95, em 18 de Setembro do mesmo ano foi apresentado um projecto de alterações para aumentar a altura do beiral e altura do cume 1,5 metros que foi aprovado em reunião de Câmara de 2 de Outubro de 95. Portanto, é já um processo que tem cerca de 3 anos. Relativamente à possibilidade de o que está construído não estar de acordo com o que foi aprovado nesta reunião de Câmara, não foi possível verificar isso, portanto só nos próximos dias é que se vai verificar.”

Presidente da Câmara:

“Ainda uma outra questão que foi colocada pelo Sr. Barbosa sobre as cheias da Beira-mar. Bem, nós estamos empenhados em acabar com essas tradições ou seja, o objectivo para o próximo Inverno é ter mesmo o sistema completamente fechado. Estamos a proceder a reparações nas três eclusas que existem no canal de S. Roque e IP5, vamos reparar a eclusa central que também está a necessitar de ser reparada e que há 5 anos não recebia obras de manutenção e que está mesmo neste momento perigosa.

Estamos a concluir a adjudicação para a obra de alargamento da vala hidráulica entre Vilar e a Forca-Vouga, para evitar a inundação surpresa que tivemos ali no ano passado e nesse contexto está também previsto um dique longitudinal em terra e relva, que em caso de enchente evitará que as águas causem os prejuízos que causaram nas garagens contínuas.

Portanto, isso está a ser previsto e estamos à espera do estudo hidráulico para o lago, para se saber se a ribeira de Vilar deve ligar directamente ao lago ou deve ser desviada directamente para o canal do Côjo. Portanto, quanto a cheias temos a esperança que este ano elas sejam menos importantes. Eu não acredito que elas deixem de existir, mas em todo caso não será tão mau como em anos anteriores.

Foi também constituído um grupo de trabalho entre os Serviços Municipalizados e a Câmara Municipal de Aveiro, cujo objectivo é irradicar de uma vez por todas, custe o que custar, nem que seja a bater às portas das pessoas para identificar as ligações clandestinas do saneamento à rede de águas pluviais e vice-versa e ligações directas que nós suspeitamos que nalguns casos e nomeadamente edifícios públicos que são muito antigos e de outras zonas que nunca foram exaustivamente tratadas como o canal de S. Roque, o bairro do Alboi e outras, para de uma vez por todas termos os canais urbanos limpos.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Queria só dizer, que no que diz respeito à Freguesia de N.ª S.ª de Fátima, o Sr. Presidente citou apenas um pormenor, mas há muitos outros, não foi exaustivo. Quero deixar expresso que continuarei, sempre que esta bancada detectar assunto que acha que em consciência deva ser resolvido, virei sistematicamente aqui perguntar qual é o ponto da situação.”

Vogal Clara Ribeiro:

“O Sr. Presidente dá a entender que o assunto é assim: quem der mais é que é amigo. Também lhe fiz a pergunta sobre saneamento, embora tenham dito que não é assunto

para aqui é para a Junta de Freguesia, não respondeu absolutamente nada ao saneamento da rua da Pilôta em Verdemilho assim como sobre a placa também não respondeu.”

Vogal Jorge Nascimento:

“Eu quando fiz a pergunta ao Sr. Presidente sobre a contratação do técnico economista era no sentido de ser mesmo esclarecido e depois poder formar um juízo de valor e esta Assembleia ficar também esclarecida. Mas o Sr. Presidente acabou por não responder no concreto e eu acho que é muito importante saber-se qual foi a sucessão dos actos designadamente e em concreto se quando o economista contratado, já acompanhava os serviços, já colaborava, portanto pensa-se que já havia intenção de contratar esse economista, e a pergunta é se só depois é que foi solicitado o novo currículo. Esta é uma pergunta concreta. A minha pergunta é, porque é que isto aconteceu, quando o Sr. Presidente tinha legitimidade até para escolher logo à partida o indivíduo que queria, tem todo esse direito. Agora não tem o direito é de andar a incomodar pessoas sabendo à partida que não vão ser contratadas.”

Presidente da Câmara:

“Vamos lá ver... quando o Dr. Gonçalves começou a trabalhar, começou a trabalhar avulso. Havia a situação financeira da Câmara, havia a sindicância, havia uma série de coisas em que foi prestando serviços avulso e naturalmente era uma pessoa conhecida em quem eu tinha confiança técnica. A certa altura comecei a pensar se calhar vou precisar de um economista mais tempo. Fui ver a Lei e a Lei diz-me assim: tem de consultar dois currículos. Eu posso ter sido alho ingénuo, mas Sr. Dr. Sabe o que é que me aconteceu, levei a lei tão a sério que consultei uma economista que não conhecia, e tanto não conhecia que ela até reclamou. Este foi o meu único problema. Agora, confrontando os dois currículos e perante os critérios e os objectivos que tinha em vista não tive dúvidas. Isto com toda a transparência foi o que se passou.”

Vogal Lucas Amaro:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Eu queria apenas dizer que não me senti nada ofendido nem diminuído com a presença da Câmara em Cacia, antes pelo contrário, senti-me muito lisonjeado e muito honrado com a presença. E agradeço aqui publicamente a toda a Câmara na pessoa do Sr. Presidente. E queria até acrescentar uma coisa importante, é que depois daquela reunião aberta em que várias pessoas de Cacia participaram, no fim vieram ter comigo e disseram-me: agora é que estamos a perceber melhor as dificuldades da Câmara, porque quando entraram no capítulo dos subsídios de 40 contos para ali 60 para acolá, é preciso haver muito dinheiro para poder satisfazer tantas necessidades. Obrigado Sr. Presidente, obrigado Srs. Vereadores e obrigado a todos que tiveram a amabilidade de honrar Cacia com a primeira presidência aberta. Muito Obrigado.”

Presidente da Mesa:

“A grande festa vai ser quando se inaugurar a Pista do Remo. Vai ser lindo!”

Entretanto deram entrada na sala os Vogais Diogo Manuel Santos Soares Machado, Luís Miguel Capão Filipe e Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira.

Vogal Armando Vieira:

“Quería falar de um assunto que considero de transcendental importância para o nosso concelho. Ao longo destes anos tenho constatado que em construções novas nomeadamente em áreas fora da cidade, os muros de vedação (e aqui eu, muito sinceramente não sei se a Câmara tem autoridade para obrigar ou não tem, mas deixava este repto) das moradias novas, sempre que seja licenciada uma obra nova, se for possível, imponham que o muro de vedação também tem que ser novo, dentro de novos alinhamentos. Se tiverem autoridade, se a Lei lhes permitir, sempre que seja licenciada uma obra nova imponham que os muros de vedação sejam novos. Estão-se a cometer verdadeiros crimes nesta área. Isto é muito importante para todos nós.”

Presidente da Câmara:

“Estou inteiramente de acordo com isto. A fiscalização por vezes é que não actua atempadamente e os projectos saem nem sempre coerentes. A Câmara tem meios para impor alinhamentos, infelizmente nem sempre isso é levado à prática, mas tem meios para o fazer.”

PONTO N.º 1 COMUNICAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Presidente da Câmara:

“Numa síntese muito rápida. No seguimento de uma recomendação desta Assembleia Municipal houve contactos com a Universidade e o Hospital, ambos se mostram interessados no terreno, as negociações prosseguem.

Concluiu-se o processo de averiguações ao mercado Manuel Firmino e em síntese o que se averiguou foi que havia de facto múltiplas irregularidades e situações pouco claras, mas sobretudo provocadas pela desactualização do actual mercado em vigor, que data de mil novecentos e quarenta e tal e, portanto, uma serie de pequeninas infracções repetidamente praticadas ao longo dos anos tiram muita da força moral a esta Câmara para agora ir penalizar as pessoas que ali estão instaladas nessas circunstâncias. Sem esconder que este processo de averiguações constituiu só por isso, um factor de moralização e de seriedade e de maior rigor na actividade dos mercados. Foi também concluída a sindicância aos armazéns gerais, que inclui também os jardins, irei apresentá-la à Câmara na próxima sessão. Foi-me entregue ontem, é um denso volume com muito para ler e, portanto, eu ainda não tive oportunidade de ler com atenção. O passo seguinte será o de retirar as conclusões que advém. Estamos a pensar que haverá consequências naturalmente de carácter administrativo e até de organização. A grande conclusão que se pode tirar dessa sindicância é que a falta de organização deu aso a que certas manobras, operações e actos menos claros tivessem tido lugar, além de naturalmente poder haver lugar a procedimento disciplinar e eventualmente criminal. É uma matéria que vou ver agora com todo o cuidado, mas que está suficientemente indiciada nos autos que foram feitos. Foi um trabalho extenso que só o relatório final tem 40 páginas, os dois volumes compulsam uma serie de documentos e de autos de pessoas que foram ouvidas.

Sobre os trabalhos de remodelação interna e de reorganização, todos nós, a Câmara, continua a não estar satisfeita com a situação do atendimento público dos serviços. Estamos em vias de introduzirmos algumas mudanças nas chefias intermédias para ver se ganhamos alguma eficácia ao nível do atendimento público e esperamos com pequenas obras muito simples, a partir de Setembro, mudar radicalmente a filosofia do atendimento público, separando tudo aquilo que são serviços, tudo aquilo que é atendimento público por forma a poder prestá-lo em melhores condições. A

informatização está a ser feita progressivamente e também a partir de Setembro esperamos que ela esteja ao serviço dos cidadãos e dos nossos funcionários. De resto gostava de chamar a atenção nas múltiplas actividades que neste curto período se desenrolaram. Gostava de chamar a atenção para as 50 bolsas de estudo que atribuímos a estudantes Timorenses, na sequência de um desafio lançado pelo prémio Nobel da Paz, D. Ximenez Belo. É um esforço financeiro que a Câmara de Aveiro faz que é insignificante para uma Câmara como Aveiro, mas que pode vir a ter consequência muito frutuosa ao nível do relacionamento cultural futuro com o povo de Timor.

A presença de Aveiro na Expo está garantida, e para os que lá foram aperceberam-se que está com um problema técnico que não é responsabilidade da Câmara, mas de um nosso parceiro tecnológico, há uma peça que devia deixar passar 25 imagens por segundo e neste momento só passa 5, mas espero que nos próximos dias isso esteja reparado.

O protocolo com a ANGE é um protocolo importante para Aveiro, prevê a criação de um centro incubador de empresas industriais, que é um montante de cerca de 300 mil contos e contamos muito com ele para revitalizar a indústria na região.

O projecto Aveiro Digital ultrapassou as melhores expectativas. As pré-candidaturas ultrapassaram mais de 80 projectos apresentados e agora entramos numa fase que é mais ambiciosa, mais difícil, que é conseguir concretizar estas pré-candidaturas em projectos de forma a poder absorver os financiamentos importantes e que eu discrimino aí, que estão disponíveis e que são para gastar a muito curto prazo nesta primeira fase.

Também me congratulo de poder anunciar à Assembleia que a Câmara aprovou o estudo urbanístico do plano de pormenor de Sá-Barrocas. E congratulo-me com isto porque era um processo que se arrastava há 8 anos, pelo menos. É um processo que teve várias vicissitudes, a última das quais foi a servidão militar. A confirmação que a área de abrangência da servidão militar seria reduzida demorou meses e meses, e finalmente há duas ou três semanas conseguimos desbloquear, e tirar lá da gaveta de um oficial General em Lisboa este dossier e fazer com que as coisas avançassem. Neste momento o plano Sá-Barrocas está aprovada a solução urbanística na Câmara e faltam só uns elementos para que o plano possa ser considerado aprovado, nomeadamente o plano de execução e o plano de financiamento. Isto vai resolver este investimento da ex-Cerâmica Aveirense, que se arrasta há 10 anos e por outro estabilizar aquilo que são as expectativas dos ex-trabalhadores da Fapril e que também há muitos anos andam sem saber qual o montante dos seus créditos, agora estão definidos, correspondem à área de construção que está aprovada para a área que figura no plano.

Um outro investimento importante, também falaremos de aqui a pouco e que está à espera de resolução camarária também a alguns anos é o da sociedade imobiliária e turística do cojo, que é um prédio que irá ali nascer ao lado da Avenida Central. Essa empresa tem um alvará de construção na mão, que lhe permite 27.748 m² de construção, e esta Câmara como acha que é volumetria excessiva para aquele local, fizemos um enorme esforço negocial, até porque há aqui culpas da Câmara ao longo destes anos e estávamos com fraca posição negocial, fizemos um enorme esforço para conseguir reduzir a área de este edifício, que seria reduzido em 5.438 m². Penso que é uma redução notável e, portanto, o que pede a esta Câmara é como forma de compensar esta redução, autorize a Câmara a alienar um terreno numa área não muito longe desta, à mesma empresa, como forma de compensar.

Aprovámos também o estudo urbanístico para a implantação do lago. Eu creio que também já receberam uma planta com o lago. E quanto ao lago eu gostava de dizer à Assembleia, que espero durante o mês de Julho se tudo correr bem poder começar as

obras. Estamos à espera neste momento (é uma das informações que faltam) justamente da parte hidráulica, que é saber como dizia há pouco, se o canal que vem da baixa de Vilar deve ligar directamente ao lago ou deve ser encaçado e ir ligar ao canal do Côjo. Outra das propostas importantes e que eu pedia autorização a esta Assembleia e que irão revolucionar o estacionamento na cidade, é a concessão dos espaços públicos necessários, atribuição do direito de superfície para a construção e exploração de dois parques de estacionamento, um na zona contígua ao Centro de Congressos, outro na praça Marquês de Pombal e eventualmente no terreno em frente ao “Paga Pouco” são dois parques que consideramos fundamentais para que possa haver um desenvolvimento equilibrado na cidade, um acesso fácil aos locais onde as pessoas vão querer estar e são soluções que neste momento são fáceis de executar dadas as características de descampado que neste momento ali existe.”

Entretanto entraram na sala os Vogais Álvaro Patrício do Bem e Nuno Teixeira Lopes Tavares.

Vogal Raúl Martins:

“Muito obrigado Sr. Presidente, eu era essencialmente para referir duas coisas. A primeira, congratular-me pelo trabalho que vem a ser feito por este Executivo, consubstanciado por este documento que é apresentado a esta Câmara. De facto estamos a fazer 6 meses de mandato, é portanto uma data interessante, e é interessante verificar que nestes 6 meses se fizeram muitas coisas e esse é mérito de todo o Executivo.

Aveiro, como tinha sido prometido começou a ter voz. Aveiro de acordo com as propostas que aqui são feitas, com aquilo que está a ser feito começa a ter rosto, começa a ser marcado em termos de futuro e marcado com alguns projectos bastante interessantes. Esse é o primeiro aspecto, o aspecto de congratulação pelo trabalho executado nestes primeiros 6 meses de mandato.

Outro aspecto é o que o Sr. Presidente disse e que faz adivinhar algumas coisas graves. Porque disse que, efectivamente, a sindicância conduzirá naturalmente a reestruturações de âmbito organizativo e administrativo (e quem fez a visita aos armazéns gerais verifica que efectivamente precisa de algumas mudanças), mas levantou um pouco a ponta do véu e diz que aquilo que foi verificado pode ir um pouco mais longe e inclusivamente ouvi falar que pode ter consequências de âmbito criminal. De qualquer maneira inaugurando também uma nova forma de estar na política, uma nova forma de exercer o seu mandato autárquico, eu solicitava ao Sr. Presidente da Câmara que após ter apresentado o documento à Câmara, que após ter discutido com a Câmara as medidas a tomar, que esse mesmo documento fosse distribuído juntamente com essas propostas aos membros da Assembleia Municipal, inaugurando assim também junto da Assembleia Municipal uma política de transparência da coisa pública que não existia no passado.

Sugeriria pois que esse documento depois de analisado pela Câmara fosse distribuído por todos os membros desta Assembleia.”

Presidente da Mesa:

“Isso passa pela Mesa da Assembleia, tenho algumas reservas sobre essa distribuição porque são aflorados temas responsabilidade criminal, esse documento tem que ter alguma tónica confidencial. Acho bem que os criminosos sejam punidos, mas abomino que a opinião pública forme juízos precipitados sobre a honorabilidade das pessoas.

De qualquer maneira, se a Câmara fizer chegar à Mesa da Assembleia, nós próprios estudaremos a maneira de facultar isso.”

Vogal Manuel António Coimbra:

“Gostaria de começar por apreciar este documento do Sr. Presidente da Câmara dizendo que, mal era uma câmara que está a governar os destinos de Aveiro há 6 meses, que vem com sangue novo, não nos trouxesse alguma novidade. Ainda bem que trás, muito nos congratulamos com isso.

Começaria também por realçar um aspecto que considero positivo na actuação desta Câmara, que é o facto das várias colectividades desportivas e presumo que também culturais terem recebido, que eu saiba pela primeira vez, uma carta para apresentarem propostas para poderem ser integradas no próximo Plano de Actividades e Orçamento. Penso que é uma boa maneira de integrarmos as actividades feitas pela nossa sociedade civil com as actividades da Câmara. Congratulo-me por esta Câmara ter tomado esta iniciativa.

Em termos de apreciação da comunicação do Sr. Presidente da Câmara, é um documento relativamente sucinto e por isso vai-me permitir que o questione acerca de alguns pontos que omite na sua comunicação, mas que gostaria de ser esclarecido.

Foi dito na última Assembleia que Aveiro tinha todo o interesse em ser uma cidade sede do Europeu de 2004. Soube-se através dos jornais que foram feitas já as inspecções aos estádios. Perguntava ao Sr. Presidente da Câmara, se o estádio de Aveiro foi inspeccionado ou se nós já estamos fora do Europeu de 2004? E lastimo que isso possa eventualmente acontecer, quando Aveiro tinha todas as condições de ter um Plano e um terreno aprovados para a construção de um estádio novo.

No que diz respeito à Feira do Livro, gostaria de realçar que, realmente, a Feira do Livro realizada no Centro de Congressos dá dignidade ao livreiro. Reconheço que é um espaço muito digno. Agora, o objectivo principal que é levar o livro ao potencial leitor, que dá de caras com a feira do livro e compra um livro e começa a ler, esse objectivo Sr. Presidente não foi atingido, nem poderá ser atingido naquele espaço enquanto não tiver uma envolvente, enquanto as pessoas não tiverem o hábito de ir àquele local.

Na segunda parte diz também, que na Feira do Livro estiveram escritores famosos, destaca dois nomes, Manuel Alegre e Lídia Jorge e diz que proporcionaram momentos memoráveis, mas para mim, o momento mais memorável da Feira do Livro foi o lançamento do livro do Prof. Doutor Jorge Arroiteia “Aveiro Aspectos Geográficos e Desenvolvimento Urbano”. Não é todos os dias, infelizmente, que nós temos lançamentos de livros por Aveirenses e sobre temas de Aveiro. É importante que nós nos lembremos destes momentos, que não os esqueçamos e que os divulguemos.

Sr. Presidente, ainda no que diz respeito à sua comunicação, recebemos o programa da Agro Vouga e é com alguma tristeza que vejo que no programa existe uma tourada à portuguesa. Nós não temos tradição em Aveiro de touradas. Se for a título de demonstração do que não devemos ter em Aveiro, acho bem que se faça uma tourada, eu gostava mais de ter uma garraiada, porque pelo menos numa garraiada nós damos hipótese ao animal de se defender dos outros animais, numa tourada não.

Já que estamos a falar em animais Sr. Presidente, eu gostaria que olhasse para o nosso Parque Municipal, que foi palco de algumas festas de Verão, e olhe para os animais que nós temos e nas condições degradantes em que os temos há vários anos. A culpa não é sua, se calhar ainda não passou por lá e não viu, não são apenas os macacos que estão numa situação degradante, são todos aqueles pássaros. É um pavão que não consegue abrir as asas porque está engaiolado numa gaiola pequena e eu pergunto, para que é que nós temos ali os animais engaiolados? Não precisamos daqueles

animais para nada, vamos dá-los. E já que falámos em animais olhemos para o nosso lago. Os patos que não estão num lago nem estão num charco, estão num terreno seco. O mesmo lago que já foi navegável e que agora se quer construir um outro também navegável. Vamos mas é tornar aquele lago do parque navegável, vamos limpá-lo e depois então, vamos pensar num outro lago navegável. Mas isto se calhar é um ponto que vamos discutir mais à frente, por agora ficava-me por aqui.”

Presidente da Mesa:

“Só para dizer que eu sou a favor dos animais, mas não sou contra as touradas à portuguesa. Sou aficcionado, embora não veja uma tourada há mais de trinta anos. Mas não é exacto que em Aveiro não haja uma tradição. Aveiro já teve praça de touros estável e permanente no Rossio. Depois as corridas foram rareando, mas Aveiro tinha uma grande "aficcion" que se deslocava a Espinho (que pelo vistos também já não tem praça) e à Figueira da Foz. Não estou a criticar, nem a tomar posição, é só a dar esta informação.”

Vogal António Salavessa:

“O Sr. Presidente da Câmara termina a sua comunicação com a seguinte frase: relação das actividades desenvolvidas pelos vários serviços encontrasse disponível nos serviços da Assembleia Municipal... eu compreendo o que o Sr. Presidente quer dizer com esta frase, mas quero dizer-lhe que a obrigação do Sr. Presidente não é pôr a informação dos serviços no serviço de apoio à Assembleia Municipal, mas sim prestar uma informação escrita à Assembleia acerca da actividade municipal. Actividade municipal não é a actividade do Presidente, é a actividade da Câmara, do Presidente e do conjunto dos seus serviços pelo menos nas suas questões mais importantes, quer dizer: eu não estou de acordo com esta forma sintética de apresentação da comunicação, tanto mais que sendo reduzida a quatro páginas, parte dela não é sobre a actividade passada, é conforme o Sr. Presidente deixou claro na sua intervenção verbal, é uma pré-apresentação de outros pontos da ordem de trabalhos que temos que desenvolver e que deveria ser nessa altura que os assuntos deveriam ser abordados.

Posto isto, considerando o que se passou em termos de comunicação escrita, em que se passou do oitenta para o oito, sendo o oito insuficiente, é necessário encontrar um ponto de equilíbrio. Assim, tenho algumas perguntas a colocar. Primeira questão Sr. Presidente, mercado de Santiago: é evidente que o mercado de Santiago se está a degradar, as instalações estão colocadas a um semi-abandono, há riscos de vandalismo, o que é que a Câmara pensa fazer, quais são os problemas, quando é que arranca de facto o mercado de Santiago, quando é que começa a funcionar?

Também não há na comunicação escrita qualquer alusão aos desenvolvimentos daquilo que a Câmara entende e que os Serviços Municipalizados entendem, em relação ao problema do saneamento que começou em Santa Joana e que agora parece se estende a mais um lugar, visto o Sr. Presidente hoje receber um abaixo assinado de 94 moradores de Mataduchos que colocam exactamente o mesmo problema de Santa Joana.

É sabido que em Santa Joana foi constituída uma comissão representativa dos moradores em reunião alargada que decorreu na Igreja de Santa Joana, essa comissão já pediu uma audiência ao Presidente da Câmara e é lamentável que até agora o Presidente da Câmara não tenha marcado essa audiência com essa comissão representativa.

Não há presidências abertas nem Câmaras abertas se as pessoas que representam sectores da população não encontram forma de falar com a Câmara ou de falar com o seu Presidente. Pergunto-lhe directamente Sr. Presidente, se aquilo que deseja é que de

facto, estes moradores enveredem pela via judicial, tal como já lhe comunicaram por carta datada de 26 deste mês.

Outra omissão da comunicação é a do Plano de Urbanização da Cidade. Sendo um elemento chave do processo de planeamento e estando a avançar tanta peça individual, penso que esta Assembleia merece um ponto da situação em relação ao estado do Plano de Urbanização da Cidade.

Também me parecem evidentes que existem dificuldades ou problemas de comunicação ou de circulação de informação dentro da Câmara. O movimento sim pela tolerância, solicitou o Rossio para realizar uma iniciativa no âmbito da campanha do sim pela tolerância, utilização que foi autorizada para mais tarde em véspera da iniciativa lhes ser comunicado que o Rossio, afinal, já estava atribuído a outra entidade. Portanto, penso que este tipo de situações não tem cabimento numa Câmara que se pretende moderna, operativa e informada. Mas poderá haver problemas mais graves, dado que o movimento do sim pela tolerância tinha solicitado um palco instalado no último Sábado de campanha, para realizar um espectáculo preenchido por bandas de jovens de Aveiro. Esse palco sucessivamente prometido e garantido, acabou por não ser instalado nesse dia, apesar de já estar carregado na camioneta para ser instalado no mesmo local no dia a seguir para uma iniciativa da Câmara. Quem é que boicotou objectivamente esta iniciativa do movimento pela tolerância?

Já que se colocou na comunicação escrita o mérito desportivo de diversas colectividades, aqui fica mais uma que me parece ser perfeitamente justa. Penso que devem ser saudados os infantis B, do Futebol Clube do Bonsucesso que foram recentemente vice-campeões nacionais de hóquei em patins. Portanto, não vamos falar só do grande desporto profissional esta actividade também é merecedora de saudação.

Duas notas solicitadas pela leitura das actas da Câmara. Falasse na acta de 4 de Maio, página 14, de uma coisa que me parece irregular. Este processo de duches quentes concessionados em S. Jacinto, parece-me uma habilidade para resolver um problema, sem que tenha havido de facto recurso à concessão. Este processo que foi encontrado para atribuir a uma firma a exploração de duches de água quente no parque de campismo com a promessa de para o ano fazer um concurso para a execução da empreitada, não me parece um procedimento regular. Segunda nota em relação a esta acta, tem a ver com a situação vivida na escola da quinta do Simão (do roubo do telefone, do pagamento da conta do telefone por chamadas interurbanas e internacionais) se é a Câmara que paga a conta dos telefones das escolas eu sugeria uma coisa muito simples: é que em termos gerais fosse dada indicação à Portugal Telecom. para fazer o barramento das chamadas internacionais e quem sabe das interurbanas de determinado tipo. É um procedimento perfeitamente normal que a Câmara deve realizar.

A Câmara foi solicitada pela Associação Nacional de Municípios, para responder a um inquérito relativo à criação das polícias municipais. Eu gostava de saber se a Câmara respondeu a esse inquérito, qual foi o sentido geral da resposta e se é possível facultar a este membro da Assembleia, um exemplar da resposta do inquérito que permita conhecer em pormenor o entendimento da Câmara em relação a este problema, para eventual intervenção futura aqui.

Quanto à comunicação dos Serviços apenas alguns aspectos. Há uma referência à qualidade da água a pedido, em duas situações, mas que são situações relativamente graves ou pelo menos que suscitam alguma preocupação por parte de quem as solicitou. O Centro de Saúde de Aveiro solicitou uma análise à qualidade da água e o infantário do Griné fez idêntico pedido. Era bom, que ao lado da informação do pedido de análise viesse a conclusão sobre qual foi o resultado dessa análise. Portanto, há

razões de preocupação de análise da água no Centro de Saúde de Aveiro ou não e no infantário do Griné ou não.

Correspondência recebida nos Serviços Municipalizados, 688 cartas. Gostava de saber quantas destas cartas foram cartas individuais de protesto em relação à questão do saneamento.”

Vogal João Barbosa:

“Sr. Presidente, gostava de dizer algumas coisas sobre o Centro de Congressos. Gostava de dizer, que de há um tempo a esta parte se tem feito no Centro de Congressos realizações brilhantes, só que parece que as pessoas não estão interessadas (neste caso a Câmara) em promover e dar valor àquele Centro de Congressos. Digo isto porque ao realizarem-se eventos essencialmente à noite, não são acompanhados com transportes adequados. Isto é muito grave porque quando há actuações de associações culturais, as pessoas podiam ir ver, mas assim só as que tem carro é que vão, porque a pé de noite ninguém lá vai. E, aquilo que eu sugeria à Câmara é que sempre que houvesse alguma realização no Centro de Congressos, é que fosse acompanhado de uma boa promoção publicitária e com autocarros constantes a percorrer a cidade para levar lá as pessoas.

Outra situação é o plano de Sá- Barrocas. O Sr. Presidente da Câmara, congratula-se com a aprovação do plano de Sá-Barrocas, e eu visto que é na minha freguesia dou-lhe os meus parabéns. Só que Sr. Presidente da Câmara, mais uma vez, é aprovado um Plano na freguesia da Vera-Cruz e a Junta não é ouvida para ter conhecimento e dar um parecer. Sr. Presidente da Câmara, eu já o disse, vou dizer a terceira, ainda na reunião da última Assembleia digo isso « ...vindo a esta Assembleia algum plano de urbanização da freguesia da Vera-Cruz...», Sr. Presidente da Câmara, eu lamento muito mas eu não posso votar a favor. Eu acho que as Juntas de freguesias devem ser ouvidas nestas situações.

Outra situação é a conclusão do processo de averiguações do mercado Manuel Firmino. O Sr. Presidente da Câmara diz que foi concluído o processo de averiguações. Eu, contrariando com todo o respeito o Sr. Presidente da Câmara, quero dizer-lhe que se calhar não houve moralização. E não houve moralização (eu estou bem por dentro disto) e acho que tenho direito de pensar que este processo foi elaborado com alguma falta de isenção e tenho razões para o pensar. Eu pedia ao Sr. Presidente da Câmara, a possibilidade de consultar o processo para ficar com uma ideia mais positiva.”

Vogal Jorge Nascimento:

“Sr. Presidente, deve-se primeiro que tudo reconhecer-se quão injusta foi esta Câmara em relação ao Executivo anterior e quão injustas foram as bancadas da oposição quando faziam a apreciação das comunicações que o Presidente e o Executivo fazia. Eram comunicações exaustivas, normalmente bem feitas, que relatavam exactamente o que se passava. Eu não acredito que esta Câmara só tenha feito esta actividade que consta desta comunicação durante o último trimestre, porque a acreditar, ficaria como município triste. Para mim, esta comunicação é o espelho da consideração que o Sr. Presidente do Executivo tem por esta Assembleia. O Sr. Presidente pura e simplesmente ignora qual seja o papel desta Assembleia. A não ser assim, teria certamente trazido aqui uma comunicação mais completa, esclarecedora do que fez, para que esta Assembleia poder com verdade e materialidade exercer o seu múnus fiscalizador.

O Sr. Presidente faz-nos uma comunicação e do pouco que nos diz, ainda assim merece no meu entendimento alguns reparos. Do pouco que fez, são sindicâncias, fiscalizações, dar continuidade dos poucos dos muitos projectos que herdou do Executivo anterior.

Em certa altura o Sr. Presidente diz: esta Assembleia aprovou dois empréstimos, um para o saneamento financeiro, outro para o investimento. Pergunto ao Sr. Presidente o que fez, o que pensa fazer ou daquilo que omite em relação ao investimento, nada refere, zero. O ponto alto das Festas da Cidade são afinal a distribuição de duas ou três honrarias! Que eu não contesto e considero aliás merecidas. Para o Sr. Presidente, a solenidade que representa a procissão em honra da Padroeira da Cidade, não é pura e simplesmente referida, pelos vistos não é um ponto alto da Cidade. Para o Sr. Presidente, pelos vistos não é um ponto alto da Cidade, é no meu entender uma verdadeira agressão ao espírito Aveirense.

Fala-nos da Feira do Livro e diz-nos que foi um êxito. Devo dizer que o Sr. Presidente está absolutamente divorciado da interpretação que à Feira do Livro deram os Aveirenses e sobretudo os livreiros, que proclamam que esta Feira do Livro foi das Feiras mais fracas dos últimos anos, penalizada esta, pelo número de frequentadores e pelo número de expositores.

Já aqui foi o Sr. Presidente interpelado sobre quanto custa ao município a nossa presença na Expo. Tinha por isso, o discreto dever de pelo menos mencionar nesta comunicação quanto custou a participação, para nós aqui nesta Assembleia fiscalizarmos o que lá se faz. Que é bem pouco em termos de qualidade. O Sr. Presidente, aliás, ainda há pouco reconheceu.

O Sr. Presidente vangloria-se por ter lançado a primeira pedra, assinado um protocolo com a ANJE. Devo dizer Sr. Presidente, em termos de informação para mim bem pouco, só um protocolo não é nada. Gostaria que o Sr. Presidente tivesse dito aqui o que pensa, porque assinar um protocolo para mim é zero, é alguma coisa mas acompanhado. Devia dizer o que é que pensa fazer em termos de estruturas, em termos de arranjar terrenos, para que realmente este protocolo tenha alguma perspectiva de realização. Não o faz, ficamos sem nada saber sobre isso, receio que o Sr. Presidente e a Câmara tenham simplesmente assinado o protocolo e aí acabou o interesse da Câmara.

Também esta bancada recentemente fez um esforço criativo, convidando V. Ex.^a a estudar a forma de poder ser a cidade de Aveiro, também, a ter o Europeu de 2004. Sabe-se hoje que já foram feitas duas ou três visitas a Coimbra ao estádio do Calhabé, pergunta-se: tem conhecimento de alguma visita ao estádio Mário Duarte para esse fim? Vangloria-se da aprovação do Plano de Sá-Barrocas, pergunto: qual a intervenção desta Câmara nesse Plano? É ou não um Plano do Executivo anterior.

Fala também no lago em frente ao Centro de Congressos, já na outra Assembleia foi interpelado em quanto ficaria por metro quadrado este investimento, que a câmara vai fazer nos terrenos que a Câmara tem de adquirir para concretizar esta ideia. Não chega dizer que tem um estudo, esse estudo tem de ser acompanhado de um estudo económico, não chega dizer que vai fazer um projecto. São tudo questões que por respeito a esta Assembleia, o Sr. Presidente devia dizer.

Antes de vir para esta Assembleia contactei alguns Presidentes de Junta e quando me preparava para ir estabelecer esse contacto, foi rebuscar naturalmente o que é que aqui tinha a ver com os Presidentes de Junta que não sejam da área urbana, porque realmente o Sr. Presidente a Câmara nenhuma preocupação têm. Pergunto: em que ponto desta ordem de trabalhos o Executivo se preocupa com tudo o que vá além de Esgueira ou que saia além da Ria? Nada. O Sr. Presidente nada fez, porque nesta comunicação nada refere em relação a tudo o que seja fora da área urbana. E eu questiono-me, é por gratidão! Não liga às Freguesias fora da cidade! Eu não tendo outra motivação, a não ser a que me é objectivamente dada, sou forçado a concluir que esta Câmara não liga às Freguesias que estejam fora da área da Cidade.

Por isso, falo agora pelas omissões desta comunicação e da ordem de trabalhos, e pergunto: o Sr. Presidente deu algum andamento à ideia do metro de superfície? Se não quer dar, porque pode ser uma opção sua, fez alguma diligência com a CP no sentido de intensificar as carreiras com ligação a Águeda, para substituir a diminuição da utilização da linha? Não me parece que tenha sido feito alguma coisa.

Em relação à Cidade queria aflorar as ligações e dos projectos do gás. Ao que me é dado saber a instalação do gás obedece a um projecto, consta que a Câmara se alienou da apreciação desses projectos e que endossou a tarefa à Lusitânia Gás, portanto hoje em concreto é a Lusitânia Gás que aprecia os projectos de Gás que os construtores são obrigados a apresentar. Mas aqui, desde logo, não há igualdade de tratamento entre umas questões e outras, porque num prédio antigo que a Lusitânia Gás instala gás não é preciso projecto, o que me leva a perguntar se essa instalação se faz à revelia e qual é a medida de segurança, porque não tem projecto não tem controle. Outro aspecto do problema é a demora que isso implica na aprovação do projecto global de construção. Consta que a Lusitânia Gás demora cerca de 45 dias para apreciar. Queria saber o que a Câmara tem a dizer destas situações.”

Vogal Raúl Martins:

“Queria interpelar a Mesa, na figura de V. Ex.ª, para dizer que para bom andamento dos trabalhos e para que esta Assembleia discuta assuntos importantes, seria de bom tom que V. Ex.ª explicasse ao Sr. Dr. Nascimento, que existem três tipos de problemas fundamentais no município, que são problemas de âmbito estratégico, tático e operacional, deve explicar ao Dr. Nascimento, que esta casa genericamente deve discutir problemas estratégicos e não se deve discutir os táticos, alguns podem-se discutir, mas nunca os problemas operacionais. Isto é, quando ele diz que a comunicação do Sr. Presidente não é tão recheada como era anteriormente as comunicações do anterior Presidente, que efectivamente deixaram de estar na comunicação coisas tão importantes como: cortar a relva no aeródromo de S. Jacinto, plantar três couves em S. Bernardo ou colocar três metros de lancil na Freguesia da Glória, etc. é obvio, que quem se interessa pelos problemas de Aveiro, não deve vir aqui discutir os problemas de “lana caprina”, devem discutir os reais problemas da cidade. Gostaria então, que o Sr. Presidente explicasse isso ao Dr. Nascimento porque certamente ele não compreendeu isso, que efectivamente há que distinguir os problemas e que não se podem misturar, sobre pena de quem aqui vem não perceber absolutamente nada do que se está a passar.”

Presidente da Mesa:

“Esta história da informação escrita do Presidente é relativamente nova, quando eu era membro da Assembleia não havia isto, é uma inovação com algum interesse. A Lei diz: que compete à Assembleia apreciar em cada uma das sessões ordinárias uma informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade municipal (não fala da Câmara) informação essa que deve ser enviada com antecedência mínima de três dias, reportada à data da sessão, ao Presidente da Mesa para conhecimento dos membros. É evidente, que esta antecedência de apenas três dias dá a entender que será o Presidente da Mesa na própria sessão a comunicar o teor da informação. Tem-se usado, porque é a prática, circular a todos os vogais o texto da intervenção escrita. Nesta intervenção escrita diz-se (mal) que: a relação das actividades desenvolvidas pelos vários serviços, se encontra disponível nos serviços da Assembleia Municipal. Não é o Presidente da Câmara que deve dizer isso. O Presidente da Câmara deve mandar ao Presidente da Mesa da Assembleia a informação escrita que entender,

acompanhada com toda a documentação instrutória que entenda e o Presidente da Mesa da Assembleia circula aos Vogais da Assembleia os textos que entender. Não estou a corrigir ninguém estou a pensar em voz alta. Quanto às lições de boa ou má condução política que o Dr. Raúl Martins queria fazer ao Dr. Nascimento, eu considero que isso não é nenhuma interpelação à Mesa, portanto não dou andamento à pretensão e não opino de nenhum modo sobre o que sejam ou deva ser a apreciação do relatório escrito do Presidente, aos membros da Assembleia. Rejeitei a interpelação à Mesa nesse aspecto.”

Vogal Jorge Nascimento:

“O Sr. Presidente rejeitou mas recebeu e tem o dever de se pronunciar sobre isso. O Sr. Presidente há-de reconhecer que é injusto pairarem as ideias que o Sr. Vogal aqui expôs, sem estabelecer sobre elas um juízo crítico. E o Sr. Presidente o faz ou há-de permitir que eu o faça.”

Presidente da Mesa:

“Já o fiz. A intervenção do deputado Raúl Martins é impertinente e, portanto, não dou mais a palavra porque está a usar um expediente, usando a figura de interpelação à Mesa.”

Entretanto saíram da sala os vogais Manuel Branco Pontes e Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira.

Presidente da Câmara:

“Para responder ao Sr. deputado Manuel Coimbra, eu também vi nos jornais que as inspeções já tinham ido a Coimbra e estou particularmente atento, porque Aveiro apresentou a sua candidatura antes ou logo que foi possível e que elas estavam abertas. Falei com o Sr. Presidente da Federação Portuguesa de Futebol muito antes de se começar a falar neste campeonato da Europa nos jornais, enviamos para a Federação Portuguesa de Futebol todos os documentos e todas as informações que nos foram pedidas, relativamente às características técnicas do Estádio Mário Duarte e estamos neste momento à espera de reacção. Portanto, penso que fizemos o que havia a fazer e estamos na expectativa. Não demos nenhum motivo, nenhum atraso, para que nos pudessem excluir se fosse essa a vontade de alguém que esteja a manobrar estas coisas; entretanto estamos atentos.

Quanto à Feira do Livro: Diziam aqui há pouco, que eu estava divorciado da realidade daquilo que os Aveirenses pensam sobre a Feira do Livro. Devo dizer que no ano passado choveu a cântaros, há dois anos choveu a cântaros, os comerciantes tinham-se queixado imenso e este ano eles queixam-se (eu acho que não há comerciante que não se queixe sempre) mas a verdade é que lá dentro não chovia e aquilo esteve sempre cheio. Portanto, o balanço que eu faço e que faz muita gente e quando eu lá fui, aquilo estava cheio e não vi os livreiros a queixarem-se tanto como no ano passado se queixaram, ou seja, os dados que temos não confirmam os palpites que foram aqui avançados, mas também não me custa nada reconhecer que foi uma primeira experiência que podia ter corrido mal. A Feira do Livro ali é uma experiência, também já ouvi aqui uma sugestão que é fazê-la na parte coberta do futuro Centro do Côjo, onde de facto as pessoas vão passear e vão cruzar-se com os livros. Isto só prova uma coisa, é que estamos abertos a procurar a melhor solução para a Feira do Livro.

Tem razão quanto ao lançamento do livro do Prof. Jorge Arroiteia, eu não o referi, devia tê-lo referido. A verdade é que na minha humildade lembrei-me de mencionar os

dois grandes escritores que tinham vindo de fora e omiti o excelente livro do Prof. Jorge Arroiteia, no qual estive presente e testemunhei a qualidade e o interesse de todos quantos acompanharam. Portanto, dou a mão à palmatória por isso.

Quanto à tourada ela consta do programa da Agrovouga, é uma iniciativa da Câmara Municipal, temos aqui membros na Câmara que gostam de touradas, outros não gostam, mas eu penso que vai ser uma surpresa e que as pessoas vão aderir.

O Parque Municipal: não sei se esteve atento mas uma das coisas que deliberamos no dia nacional do ambiente foi elaborar um projecto global de recuperação do Parque D. Pedro V, que não passa só pelo lago, passa também pela catalogação e inventariação de todas as árvores que lá estão, passa pela recuperação das construções típicas que lá estão de um parque romântico, passa pela valorização dos espaços pedonais e públicos, passa pela ligação entre o Parque Municipal e a baixa de St.º António, passa pela requalificação do parque infantil e, portanto, penso que nos próximos meses temos o Parque Municipal com outras condições, que de facto as que estão agora envergonham.

O Sr. Barbosa, começou por dizer que gostaria de ver autocarros para o Centro de Congressos. Eu estou inteiramente de acordo. No momento em que tivermos lá o parque subterrâneo e o lago, as pessoas vão ter uma grande vontade de ir lá ainda mais do que tem agora e, portanto, naturalmente, haverá ali uma carreira de transportes públicos a circular naquela zona. O PP de Sá-Barrocas foi aprovado sem a Junta ter sido ouvida! Eu aqui queria dizer o seguinte: o que nós aprovámos na Câmara foi o estudo urbanístico do Plano, mas o órgão Municipal tinha de tomar uma posição e essa posição não tinha de ser tomada na presença do Sr. Barbosa. Não quer dizer que agora a Câmara ainda não possa vir a ouvir o Sr. Presidente de Junta de Freguesia, talvez já o devesse ter feito antes, mas compreenda que a Câmara tem direito a tomar as suas posições só por si. E foi isso que fizemos, aprovámos um estudo urbanístico do Plano de Pormenor de Sá-Barrocas. Vamos ouvir o Sr. Presidente da Junta, acho que devia ter sido já ouvido, dou ai também a mão à palmatória. Faltam ainda vários documentos para que o Plano possa vir a esta Assembleia e ser aprovado, falta o relatório de execução, o plano de financiamento, etc.. Finalmente, quanto à intervenção do Sr. Barbosa que se referia ao processo de averiguações do Manuel Firmino, dizendo que (e foi uma afirmação pesada, para não dizer grave) teria havido falta de isenção e que se pudesse consultar o processo mostraria isso mesmo. Mas se não consultou o processo, como é que sabe que houve falta de isenção? Ó Sr. Barbosa eu não designei o instrutor para o processo, eu tenho de confiar na isenção das pessoas, tanto quanto julgo ela ouviu todas as partes envolvidas no conflito que ali existiam e se tivesse uma informação privilegiada que entendia dever ser útil dar a conhecer, devia tê-la dado. Provavelmente, não obstante ela saber que o Sr. Barbosa frequenta o mercado e que podia ter informações interessantes, pelos depoimentos que recolheu, pode ter chegado à conclusão que já não era relevante o seu depoimento e eu tenho que respeitar o juízo que ela faz.

Depois a intervenção do Sr. Salavessa, quanto à apresentação escrita da minha comunicação. Bom... penso que já houve várias observações sobre isso e eu gostava de dizer de uma forma mais contida o seguinte: pareceu-me que de facto a comunicação clássica que era enviada a esta Assembleia era uma comunicação desequilibrada. E digo isto, não é no sentido de ter coisas boas e coisas más, era desequilibrada porque cada serviço organiza a informação que presta para a Assembleia, segundo os seus próprios critérios e segundo um nível de exaustão e de informação muito diferente. Não havia coerência interna em cada um dos capítulos e o resultado era como já frisou o Raúl Martins, era que apareciam referências às horas que se gastavam a reparar uma

mota e a conversar com não sei quem e o essencial perdia-se. O esforço que foi feito admito que não tenha sido totalmente conseguido, mas foi de facto fazer um relatório sintético em que eu sublinhei aquilo que do meu ponto de vista tinha sido o principal da actividade do município durante aquele período. Objectivo foi só esse, informar a Assembleia da actividade que considero mais importante. Se calhar posso ter-me esquecido de alguma. Mas portanto, isto foi uma primeira experiência quanto à forma de apresentar o relatório, temos a intenção de afinar isto.

Depois o Mercado de Santiago. O mercado de Santiago atrasou-se como sabe o Sr. Salavessa, basicamente por falta de pagamentos. Nós recomeçámos os pagamentos assim que pudemos, as obras têm vindo a avançar agora devagarinho e esperamos que se concluam rapidamente.

Quanto ao Saneamento. É uma questão recorrente já. Começou em Santa Joana e agora já temos outros casos semelhantes. Recordam-se todos do problema do saneamento, em que há um conjunto de moradores que alegam não têm que pagar as taxas de ligação dos ramais às suas casas. Revista a situação, chegou-se à conclusão que de facto, o nosso regulamento de taxas aplicável prevê a possibilidade de serem imputados aos proprietários a ligação dos ramais e foi o que os nossos Serviços fizeram, aplicaram essa norma e estão de facto a cobrar. Acontece que é um regulamento aprovado por esta Assembleia Municipal e os Serviços estão vinculados a aprovar esse regulamento até que ele seja alterado pela Assembleia Municipal. Por outro lado temos informação que em todos os Serviços Municipalizados do país, com excepção de um que é Beja, todos estão a repercutir os custos de ligação do ramal para os utentes. Portanto o quadro é este, pode ser que se venha a chegar à conclusão de que deveriam ser os Serviços a suportar os custos dos ramais, mas neste momento a situação nacional não é essa, é precisamente a contrária. Portanto os Serviços estão vinculados pelos regulamentos aprovados pela Assembleia Municipal e portanto, teremos que alterar o regulamento. Depois há uma solução pragmática, que nós nos Serviços desenvolvemos para atender às situações que são mais gravosas enquanto a lei e o regulamento são ou não são alterados, (o que não está nas nossas mãos como bem entendem) nós temos mais ou menos uma percepção do que é o universo das pessoas que não estão a pagar esses ramais de ligação, apesar da muita ressonância que este processo tem tido é um universo relativamente pequeno. Admitimos que são de facto, pessoas com carências e que têm dificuldades económicas e, portanto, a proposta que já aprovámos no Conselho de Administração dos Serviços e que vamos levar à Câmara na próxima reunião é de que seja acrescentado um número três à tal cláusula de pagamento, isentando as pessoas carênciadas desde que devidamente o comprovem através de instrumentos fiáveis como sejam, a de estar abrangidas pelo rendimento mínimo garantido, isentando-as do pagamento dos ramais de ligação. Portanto, pensamos que é uma forma equilibrada, uma vez que por um lado resolvemos o problema das pessoas carênciadas e por outra ficamos na expectativa de ver o que é que fazem todas as outras Câmaras e a que conclusão jurídica é que se chega em termos nacionais no que toca ao encargo global de despesa com os ramais.

Outra questão é o Plano de Urbanização da Cidade. O Plano de Urbanização da Cidade tem vindo a ser estudado, não houve nenhuma referência na comunicação do presidente, porque de facto ele está em curso de elaboração, mas não teve nas últimas semanas nenhum desenvolvimento relevante.

A situação estranha que se passou com o colóquio do Sim à tolerância: eu recebi as representantes do Sim à tolerância, disse-lhes que a Câmara iria autorizar a realização do evento, que cederia o palanque e espaço, (como cederia ao movimento pelo Não se me tivessem aparecido para fazer idêntica iniciativa) transmiti as instruções aos

serviços e já depois de tudo ter corrido mal, tento perceber o que é que se tinha passado e aquilo que o Sr. Salavessa diz é mais o menos assim, talvez porque o movimento pelo Sim se tenha atrasado a pedir a reserva do espaço, o Rossio estava ocupado e reservado desde há quinze dias atrás, a praça Melo Freitas tinha sido requisitada antes para um outro grupo integrado no dia da música promovido pelo Ministério da Cultura. Eram os dois únicos espaços que eles queriam, ainda lhes foram propostos outros espaços mas não se mostraram interessados. Foi mais ou menos isso, não houve qualquer discriminação a um movimento ou outro.

O Barramento de chamadas já foi feito, de facto andávamos a pagar chamadas de valor acrescentado nas escola primárias, as pessoas assaltavam as escolas para fazer telefonemas para as linhas que há ai agora e, portanto, tivemos que pedir esse barramento. Quanto ao inquérito às policias municipais confesso que deve estar com o Vereador Domingos Cerqueira, não sei qual é o desenvolvimento que teve.

Já tive oportunidade de esclarecer que só escrevi cinco páginas, não por qualquer falta de respeito em relação à Assembleia, pelo contrário, uma boa síntese em que se consegue dizer o essencial, é uma enorme prova de respeito pela Assembleia. Acho que se não obrigar a Assembleia a ler certas coisas que são dispensáveis para que ela possa exercer saudavelmente o seu poder de controle político, eu estou a dignificar a Assembleia.

Quanto aos empréstimos, aos investimentos, porque é que não dizemos nada. A razão é simples, é porque o visto do Tribunal de Contas chegou a semana passada e nós de facto começámos a pagar já algumas dívidas a empreiteiros, mas ainda não gastámos o dinheiro, até porque logo que o vamos buscar ao banco começamos a pagar juros e portanto não temos pressa de o trazer para o lado de cá, antes de o investirmos. Mas apenas se passaram dois ou três dias entre a chegada do visto do Tribunal de Contas e o momento em que estamos a falar.

A procissão de Santa Joana: Dr. Nascimento, eu estive lá, não sei se para o ano vou, mas o facto de ter estado ou não, não quer dizer que eu não atribua ou não, muita importância, como Aveirense, ao significado simbólico da procissão. E se ler bem aquilo que eu escrevi na minha comunicação, eu não disse que o ponto alto das comemorações foram as atribuições. Eu disse: um dos pontos altos... eu quando escrevo meço as palavrinhas todas, pode confirmá-lo.

O Protocolo com a ANGE foi assinado, é um protocolo que não diz só palavrinhas bonitas, terei todo gosto em facultá-lo, é um protocolo que prevê a compra por parte da ANGE à Câmara de Aveiro de metros quadrados de terreno na zona industrial, em compensação haverá um auxílio financeiro da Câmara à associação e com isso, com alguma habilidade e celeridade negocial, conseguiu-se trazer para Aveiro um investimento que é muito importante em termos de estratégia.

Quanto ao lago, reconheço que um lago pequenino e que só dava para peixinhos vermelhos, não é ideia minha. Mas um lago navegável, muito mais ambicioso, aqui o custo da oportunidade é assim: esta cidade já devia ter um equipamento e um espaço como este há vinte anos e, portanto, o custo da oportunidade não é o de o fazermos agora, é de o não termos feito há muito mais tempo, e todo o tempo que perdermos a fazê-lo, estamos a perder tempo em relação àquilo que deve ser a valorização do centro da cidade e a valorização com o seu elemento natural.

Quanto ao metro de superfície. O que eu disse em campanha e que era uma frase engraçada para se dizer era: «o metro devia ser visto ao milímetro» vimo-lo ao milímetro, portanto achamos que é um processo que está bem estudado, que vale a pena não deixar na gaveta, tivemos já um encontro com a CP, tivemos um encontro com o Sr. Presidente da Câmara de Águeda e estamos apostados, até porque se trata de

um processo inter-municipal, a ter as coisas bem aprontadas para que no próximo quadro comunitário de apoio possamos candidatar o metro de superfície, isto sem prejuízo desde já de aproveitar as verbas que a CP tem disponíveis para a reparação da linha, o que permitiria desde já aumentar a velocidade de exploração que existe.”

Entretanto saíram da sala os Vogais Nuno Teixeira Lopes Tavares, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga e Manuel Júlio Braga Alves.

Presidente da Mesa:

“Quanto ao Parque, já agora meto uma cunha à Câmara para mandar fazer um tratamento, por especialista de grande qualidade, do cedro do Buçaco que está à entrada. Já foi cortado, aparado, já não está mau, só que merece aquela árvore que é monumento nacional está registada como monumento nacional, seria uma perda irreparável se tombasse. Quanto ao metropolitano de superfície, o Sr. Presidente não o disse, talvez por pensar que podia ser uma inconfidência, mas o grupo parlamentar Socialista Europeu, que é o maior grupo parlamentar, reúne em Aveiro, em Setembro. São 400 pessoas que vêm, 217 deputados suponho eu, o que é lisonjeiro para Aveiro e a mim é muito agradável. Não era para ser em Aveiro, já agora que ninguém nos ouve nem há jornalistas, seria preferentemente em Coimbra, só que Aveiro tem melhor equipamento, o Centro de Congressos; Coimbra não tem. Estamos a pensar, que os membros da Comissão de Ambiente e os membros da Comissão de Transportes possam fazer um percurso pelo ‘vouguinha’ até Macinhata, porque é interessante, bonito e permite mostrar-lhes o projecto da Câmara. Bem... e porque estas coisas dos Subsídios Europeus têm de estar lubrificados em termos de boa vontade e opinião comum, era isto que eu gostava de dizer.”

Entretanto deu entrada na sala o vogal Dinis Marques.

Vogal Rogério Madaíl:

“Falar em último lugar tem alguns inconvenientes porque esvazia-nos um pouco algumas coisas que nós temos que dizer. Mas permitam-me que retome um ou outro assunto do qual tenho uma opinião diferente. Relativamente ao aspecto metodológico da comunicação, portanto tratando-se de um relatório de actividades, também posso concordar com aquilo que o Dr. Raúl Martins disse, ou seja, podemos falar um pouco na estratégia, na tática e na parte operacional, mas é fundamental um plano operacional. No entanto fica aqui a sugestão: seria interessante, que o Sr. Presidente aflora-se os aspectos estratégicos e que depois, em relatório anexo fossem definidos numa forma coerente, um relatório de gestão das diversas actividades da Câmara. Relativamente aos armazéns gerais, queria colocar uma questão: para quando a transferência? Outro assunto é relacionado com a remodelação interna dos serviços. Penso que para além de todo aspecto de alteração do quadro do pessoal, o aspecto da formação deve ser também tido em conta, na medida em que o atendimento público pode ser muito melhorado com a formação das pessoas.

Relativamente aos dois empréstimos, permitam-me propor que nos próximos relatórios seja feita um ponto de situação sobre a utilização dos dois empréstimos, de forma a dar-nos conhecimento como é que estão a evoluir os aspectos financeiros e de utilização destes empréstimos.

Quanto à Feira do Livro a questão que eu tinha era a falta de mencionar o livro do Prof. Jorge Arroiteia, mas já aqui foi falado.

Quanto ao centro incubador, eu acho que é uma atitude extremamente importante apoiar o centro incubador em Aveiro. É preciso ter em conta que já existe um na Universidade de Aveiro, eu penso que deve haver uma articulação, porque não se justifica haver dois centros incubadores. Penso que pode haver uma articulação com a Universidade, porque o centro incubador passa por ter toda uma infra-estrutura de apoio, de técnicos, que facilitem a actividade dos futuros jovens empresários. Há umas reticências que eu ponho aqui, zona industrial aonde? Já numa sessão anterior falei aqui, que há uma carência enorme de zonas industriais em Aveiro para implantar novas empresas.

Programa de Aveiro digital, também acho que é uma iniciativa extremamente importante, tinha aqui também duas questões: penso que os formulários estão muito imprecisos, precisam de ser mais pormenorizados no sentido de fundamentar as candidaturas e é preciso que sejam estabelecidas regras de prioridades. Qual vai ser a prioridade que se vai dar à aplicação dos 750 mil contos. Devia haver ideias claras para que sejam atribuídos os apoios. Muito obrigado.”

Vogal Gaspar Albino:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Vou procurar ser tão sintético quanto gosto de ver documentos. Os documentos para mim devem ser sintéticos, objectivos, sempre que possível exaustivamente quantificados. Este meu desejo de documento sintético devia estender-se também, da leitura que faço da qualidade das actas que nos são fornecidas, porque as acho prolixas, perdedoras de tempo, indutoras de más interpretações.

Isto pressupõe o favorecimento da apreciação política dos documentos, que nos são entregues ou que nos devem ser entregues, sempre que possível sintéticos, objectivos, claros e sempre que possível quantificados. A propósito da síntese, que reconheço ter sido feita para produzir a Comunicação do Presidente de Câmara, devo agarrar-me à página 4 e dizer, que a propósito do seu conteúdo, me apetece fazer um comentário em duas vertentes. A primeira é de que Aveiro é uma cidade com rosto. Aveiro é uma cidade com voz. Isto quer dizer que Aveiro tem tido rosto, isto quer dizer que Aveiro tem tido voz; o que eu quero é que o rosto de Aveiro seja cada vez mais bonito, para que a sua personalidade que todos nós reconhecemos seja cada vez mais rica. E a propósito de isso, gostaria de dizer o seguinte: é que os três parágrafos que o Sr. Presidente reserva aqui quanto ao urbanismo aveirense, pressupõe esforço para resolver situações historicamente relevantes, mas para mim Aveiro continua a ter muitos buracos urbanísticos.

O terceiro parágrafo desta Comunicação do Presidente da Câmara, refere-se à concessão de espaços públicos no sentido de ser autorizado a concessão a entidades privadas, mediante concurso público, de parques de estacionamento subterrâneo. Um deles é ali para os lados da fábrica Campos e o segundo ali para os lados da Praça Marquês de Pombal e que tem ao seu lado um terreiro confinando com a Sousa Pizarro e define-me uma fronteira de terreno, que salvo erro é pertença da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Eu pergunto-me a mim mesmo quando olho para aquele terreiro, se ele não pode estar vocacionado para um fim mais dignificante daquele espaço. Até porque me parece, que na Avenida Central (dos cinco nomes), pelo menos daquele lado, surja alguma coisa aglutinante em termos urbanísticos. E, eu atrevo-me a solicitar ou a motivar a Câmara Municipal, no sentido de fazer com que se indague das possibilidades de fazer daquilo alguma coisa dignificante para a minha terra, de forma que a minha terra que já é bonita passe a ser mais bonita, uma terra que tem rosto, tem personalidade e tem voz.”

Vogal Armando Vieira:

“Muito obrigado. Há pouco referiu aí a visita do grupo Socialista do Parlamento Europeu, fico satisfeito por tal acontecer, e faço aqui desde já um apelo ao Sr. Presidente da Assembleia na qualidade de Deputado Europeu, que também é, para que leve este conjunto de pessoas a fazer um périplo pelas estradas municipais do concelho de Aveiro, de molde a que consiga Sr. Presidente, que eles tenham pena de nós e fiquem sensíveis a aprovar ou a movimentar-se onde de direito, para que venham os dinheiros para recuperar a rede viária municipal de Aveiro que é uma desgraça. É uma vergonha da nossa cidade. Sr. Presidente da Câmara, quanto à pobreza e à questão dos esgotos louvo a iniciativa. Eu sou muito sensível às questões sociais. Vivemos situações terríveis todos os dias, por vezes até dou comigo a abandonar a função, porque me faz mal à saúde não ser capaz de resolver problemas concretos que me são postos todos os dias. Mas, há os que recebem o rendimento mínimo garantido que estão abaixo da linha de pobreza, mas depois ainda há os pobres Sr. Presidente, que estão na linha de pobreza, que são muitos e tem igualmente situações terríveis e que também merecem este tipo de apoios.

Quanto ao barramento de chamadas pergunto: mandou barrar também os telefones dos serviços municipais? Fica a recomendação. Sr. Presidente, com certeza que não o disse com intenção, mas começo a ver que há um Presidente de Junta que é “estrela” da companhia (e começo a ter ciúmes), que é o Sr. Presidente de Junta da Vera Cruz, tem um tratamento especial, porque ele quer autocarros para o Centro de Congressos e tem autocarros para o Centro de Congressos. Mas para que esses meus ciúmes sejam um pouco diluídos, já agora, sugiro-lhe que esses mesmos autocarros também venham do “mundo rural” para o Centro de Congressos. O “mundo rural” também tem direitos Sr. Presidente.

A questão do lago. É verdade e é louvável a iniciativa do Sr. Presidente de levar à prática uma ideia, que efectivamente na anterior Câmara e ao longo de vários mandatos foi falada, mas que estava efectivamente apresentada e trabalhada de uma forma redutora, é verdade. Mas, devo dizer-lhe que a equipa que se candidatou a estas eleições autárquicas tinha exactamente a mesma ideia que V. Ex.^a, dar dignidade àquele espaço. Louvo-o pela iniciativa.

A Feira do Livro. Eu costumo comprar livros e depois muitos deles nem consigo lê-los porque não tenho tempo. Eu falei com os homens da Feira do livro, alguns deles meus conhecidos e que me disseram que efectivamente as vendas eram inferiores, as condições eram melhores, mas que efectivamente as vendas eram inferiores. Foi este o comentário que eu ouvi.

Depois Sr. Presidente, deixe-me que lhe refira, cidade versus concelho rural. Às vezes os Jornalistas da nossa praça, como ainda sou durante mais uns dias responsável político no concelho, questionam-me sobre o que é que eu penso do Sr. Presidente da Câmara e da sua situação? Eu tenho respondido, que é uma atitude que tem a ver com a minha maneira de ser, que as pessoas têm de ter tempo para perceber os problemas, de pensar os problemas, tomar as decisões. Diria eu isto há um mês ou dois atrás aos Srs. Jornalistas, hoje já tenho uma coisa que me entristece. Tenho a sensação que V. Ex.^a Sr. Presidente, preocupa-se demais com a cidade e de menos com o restante concelho; espero que não seja assim. No entanto devo aqui fazer uma justiça e eu tenho que referir aqui uma, que embora o pequeno impacte geográfico, o troço que foi recuperado na EN 335 em Quintãs. Está excelente o trabalho, é pena é que não tenha continuado, compreendo perfeitamente as limitações de ordem orçamental mas é isso que precisamos de fazer continuamente.

Há anos que eu ando a questionar a capacidade de resposta dos armazéns gerais. Não há resposta atempada às solicitações e que a meu ver não são imputáveis a nenhuma pessoa em particular, mas ao depauperado sector do parque de máquinas e a não existência de uma saibreira. Tão simples como isto para resolvermos os nossos problemas rurais. É muito importante para nós, porque estamos há dois anos com os caminhos rurais por recuperar e são centenas de quilómetros de caminhos rurais por recuperar e que com os Invernos pesados arranjam problemas.

Bolsas de estudos a estudantes Timorenses, louvo a atitude. Mas pergunto Sr. Presidente, ainda hoje vi um caso muito concreto: uma mãe que tem três filhos, vive só, ganha o salário mínimo, tem de pagar uma renda, sobra-lhe trinta contos por mês para dar de comer a ela e aos filhos. Tem uma filha a quem perguntei, gostas de estudar? “gosto muito, quero continuar”, estas pessoas devem também ter bolsas de estudo. O Sr. Presidente está disponível para apoiar este tipo de coisas?

No próximo dia 2, como sabe, vai ocorrer a inauguração do lar da misericórdia na Quinta da Moita. Nós fizemos alguns trabalhos de limpeza, mas ainda faltam ali uma série de trabalhos. Vai acontecer este fim de semana um momento alto em Oliveirinha, para nós, um conterrâneo nosso filho daquela terra, que é o padre João Caniço, que faz 25 anos de ordenação sacerdotal e a população vamos fazer uma festa e um almoço comunitário e, obviamente, queríamos ter o espaço onde vamos fazer o almoço o mais asseado possível, dentro das condições que temos. Pedia ao Sr. Presidente que ordenasse aos serviços, que amanhã fossem ali dar um arranjinho à volta do lar da misericórdia, para dignificar aquele espaço.

Depois deixe-me dizer em relação ao “mamarracho” junto à ponte de pau, foi o primeiro a trazer essa questão aqui a esta Assembleia, é um crime contra a cidade deixar fazer aquele prédio ali naquele sítio. Eu posso não dominar a legislação, mas deixo isso à vossa consideração, eu vejo com frequência deixarem caducar os alvarás, as licenças, as viabilidades de construção etc, etc. esta empresa manteve sempre em vigor o alvará? Que foi um crime a meu ver. A Câmara anterior admitiu que era um erro! Portanto, Sr. Presidente, é um crime contra a cidade deixar fazer aquela obra. Negociem, dêem compensações sejam elas de que ordem for, mas não podem tolerar a construção daquele edifício, que vai prejudicar aquele espaço que o senhor e muito bem quer, tão bonito, com o lago e com o aspecto visual que há-de ter a cerâmica campos.

As dívidas. Folgo em saber que a Câmara já tem os vistos e já começaram a pagar algumas dívidas. Como sabe as Juntas de Freguesia também têm algumas dívidas, estamos à espera de uns tostõezitos, pedia-lhe por favor que nos mandasse o dinheirito que nós temos aí para receber, o dinheirito faz-nos jeito para pagarmos a quem devemos.

Fez-se aqui um elogio às equipas do Beira-Mar, S. Bernardo, etc., muito bem, aplaudo, o Dr. Manuel chamou aqui o badminton, eu volto mais uma vez a chamar a secção de ténis de mesa da casa do Povo de Oliveirinha à coacção, porque são campeões nacionais de cadetes, são campeões distritais absolutos e foram seleccionados para os jogos mundiais de Moscovo, com um cadete com 15 anos de idade que vai bater-se com seniores.

Na área da jardinagem ouve sempre uma discriminação do resto do concelho, para além da cidade. Portanto um forte investimento na cidade, acho muito bem, a cidade tem que estar bonita, mas aldeias também são importantes Sr. Presidente. Por favor recomende aos serviços que, dêem também apoio às aldeias, nomeadamente às freguesias onde as Juntas são sensíveis ao asseio e à questão da jardinagem. É que há coisas que não estão bem. A Câmara limpa as bermas das estradas da JAE, mas não

limpa nem tem dinheiro para limpar as suas próprias (isto não está certo) e depois andamos nós que não temos dinheiro a gastar os nossos tostões para limpar e resolver estes problemas.

Uma última questão. Para quando é que temos a revisão do PDM, Sr. Presidente? É importante a revisão do PDM, Sr. Presidente.

Há pouco o Dr. Jorge Nascimento disse, que os protocolos valiam zero. Eu entendo que não é assim, os protocolos são processos embrionários de coisas que hão-de ser concretas e quanto ao facto de atribuir o valor zero, o Dr. Jorge Nascimento não se deve esquecer que o protocolo sobre o “Portugal dos Pequenitos” que a câmara PP celebrou, e que julgo e desejo que valha mais do que zero e que na altura foi bastante explorado, com os resultados eleitorais que todos nós sabemos.

Rede de esgotos, rua do Marco/Maritona entregue ao empreiteiro em Setembro de 97, ainda não começou a obra! Porquê Sr. Presidente? A rede de esgotos fica pela cidade, nós somos o segundo concelho mais atrasado do distrito de Aveiro em rede de esgotos. Nenhuma referência na comunicação do Sr. Presidente há questão do ensino e das instalações escolares. É com muita tristeza, que constato não ver iniciada a construção do jardim escola de Oliveirinha. Olhe que é um desejo de há vários anos. Oliveirinha, que é um dos maiores lugares do concelho de Aveiro não tem jardim escola! Uma necessidade importantíssima.

Para terminar: a urbanização do Picôto, que tem uma procura grandíssima de lotes e que vai ser uma aldeia bonita, está feito o projecto, queria perguntar para quando a implementação da compra dos terrenos e da venda dos lotes? Devo dizer que há imensas pessoas a perguntar para quando a venda dos lotes e nós dizemos: deixem o vosso nome, o vosso endereço, que depois nós escrevemos a todos quando houver leilão.”

Entretanto saíram da sala os vogais Jorge Manuel do Nascimento, João Pedro Simões Dias e Jorge Carvalho Arroiteia.

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Dado o adiantado da hora e dado muito já se ter falado sobre os diversos assuntos, dado ainda o facto, de muitos dos pontos que estão a ser citados virem a ser tratados posteriormente, eu vou-me concentrar apenas numa ideia e não vou abusar da paciência de todos os vogais desta Assembleia.

Quero só referir, que de facto, nesta comunicação do Sr. Presidente da Câmara, não há nenhuma referência a algumas acções que de alguma forma tem sido referidas e solicitadas, que sairão talvez do âmbito estrito da Câmara Municipal. Isto é, têm sido feitas aqui algumas considerações genéricas, que embora tendo interesse nacional ou regional, tem impacto em Aveiro. Estou-me a lembrar de hoje se ter referido a problemática das pescas e com uma certa concordância e tendo-se considerado alguma pertinência dos argumentos que aqui foram apresentados. Também certos aspectos do ponto de vista da saúde aqui foram comentados e também nos mesmos termos. Isso levou de alguma forma, a que se tivesse caricaturado a situação dizendo, que se pretendia que o Sr. Presidente da Câmara andasse a falar com o Sr. Secretário das Pescas, com a Sr.ª Ministra da Saúde, etc. O que é facto, é que nós temos um pouco assumido, que nesta nossa Assembleia, é o local onde os aveirenses poderão de facto expor os seus problemas, as suas preocupações, foi um dos lemas nossos “Dar voz aos Aveirenses” e dar voz aos Aveirenses, não para declarações platónicas, que ficam aqui, podem ser aplaudidas, mas aqui ficam, aqui morrem. Como esta não é de facto a nossa ideia, eu percebo que haja de facto pessoas na bancada do partido Socialista, pessoas

que fiquem algo preocupados com estes problemas. Porque, se o Sr. Presidente da Câmara, que é uma pessoa independente, que foi eleito de facto em listas do partido Socialista, se de facto der voz e der andamento as estas preocupações, consideradas aqui pertinentes, pode ser um problema de natureza política complicado, no entanto, o que eu quero perguntar-lhe é se de facto, quer ou não assumir esta responsabilidade de transmitir à Sr.^a Ministra da Saúde, ao Sr. Secretário das Pescas, a quem for considerado adequado as preocupações que aqui temos. Isto é para sabermos se noutras reuniões podemos aqui trazer estes problemas. O Sr. Presidente dispõem-se ou não a arrostar com a máquina governativa do partido Socialista, para defender os interesses da região de Aveiro. É a pergunta que eu deixo.”

Presidente da Câmara:

“Vou responder àquilo que retive aqui de mais importante. Bom, quanto às freguesias rurais e ao facto de eu estar a ser mais atento às freguesias urbanas que as rurais. O Sr. Armando Vieira, ele próprio chegou a reconhecer, que talvez não seja bem assim, porque afinal também se está a fazer obra nas Quintãs, em Eirol, em Cacia, etc. Há muito a fazer, não serei eu a contrariá-lo. Reconheço que há muito a fazer, mas aos poucos estamos a chegar a todo o concelho.

Os armazéns gerais: eu estou inteiramente de acordo, vamos ter nova chefia em breve e com nova chefia nova organização, novas instalações e nessa altura provavelmente novo parque de máquinas, que irá permitir (é uma das nossas ideias), ter um piquete vocacionado para intervir nas freguesias.

Saibreira: comprámos uma saibreira, cuja exploração ainda não é possível, mas está comprada, também já sentimos essa falta.

As bolsas para os Timorenses: É muito fácil dizer-se, Sr. Armando Vieira, que não devemos dar um centavo aos estrangeiros enquanto não tivermos os nossos problemas resolvidos. Admito que não fosse isso que queria dizer. Em todo caso queria deixar claro o seguinte: o esforço que nos é pedido, é de facto muito pequeno atendendo ao número de pessoas que se consegue atingir e, obviamente, os portugueses em dificuldades têm felizmente na sociedade portuguesa, mecanismos de bolsas à disposição também. E, se não tiverem, se chegar a uma conclusão que não tem, pois a Câmara, ma medida das suas possibilidades e que seja legalmente fazê-lo não deixará de apoiar essas situações.

A alteração do PDM está em curso, estamos à espera que os juristas da CCRC, confirmem o seu parecer, sobre as alterações que foram sugeridas.

Em relação a outras sugestões que tinham sido colocadas, acho uma boa sugestão fazermos um relato periódico de como tem sido utilizado o empréstimo, acho uma boa sugestão, vamos tentar fazê-lo. Já há um centro incubador na Universidade, mas gostava de lembrar que esse centro de incubação de empresas é vocacionado para os serviços, o da ANJE será para empresas industriais, portanto não estamos a repetir centro de incubação.

Em relação ao repto lançado pelo Prof. Britaldo, em poder ser uma espécie de nuncio dos interesses e preocupações manifestados por esta Assembleia junto do Governo, eu aceito. Mais do que nuncio, gostarei de ser embaixador, acho que sim, tudo o que eu puder fazer junto do governo para defender os interesses de Aveiro, é para isso que aqui estou também.”

Vogal Armando Vieira:

“Só para fazer um esclarecimento em relação às bolsas de estudo. Sr. Presidente, eu disse louvo, logo não oferece dúvidas. Sabe porquê Sr. Presidente, é que eu sou um

apaixonado pelas pessoas. Eu estive em África, conheço Angola e Moçambique e Guiné e digo-lhe que naquelas terras há gente que sente muito mais a “Portugalidade” que nós próprios e eles merecem o nosso apoio. Se pudermos fazer, faça-se. Muito e depressa senão outros ocuparão o nosso lugar.”

Após a última intervenção e dado o adiantado da hora, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião.

Em conformidade com a convocatória, a próxima reunião da presente Sessão é no dia 01 de Julho, pelas 21:00 horas.

Eram 01:30 horas do dia 01 de Julho.

Para constar de devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte a gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião e vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.